

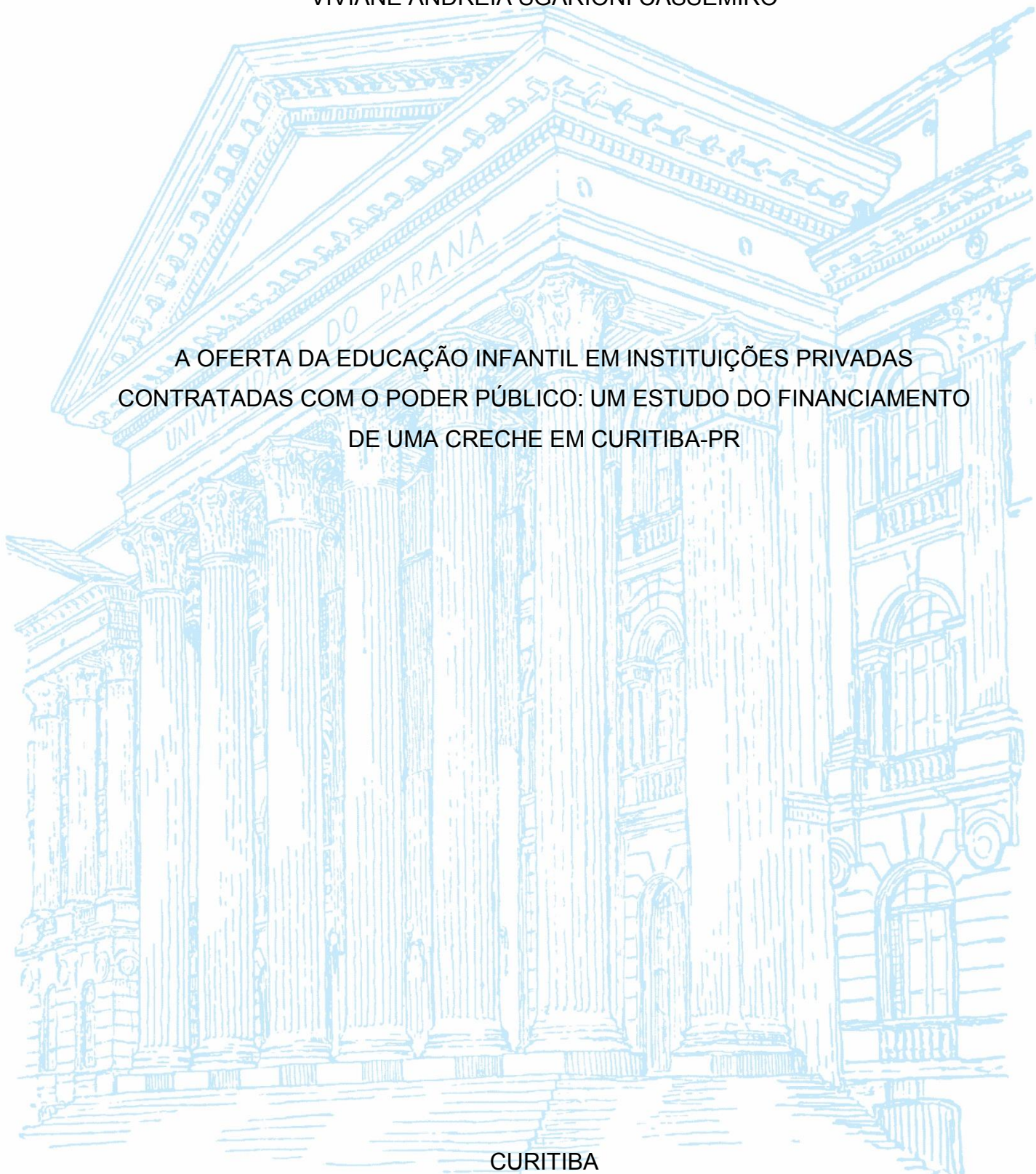
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIANE ANDREIA SGARIONI CASSEMIRO

A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS  
CONTRATADAS COM O PODER PÚBLICO: UM ESTUDO DO FINANCIAMENTO  
DE UMA CRECHE EM CURITIBA-PR

CURITIBA

2019



VIVIANE ANDREIA SGARIONI CASSEMIRO

A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS  
CONTRATADAS COM O PODER PÚBLICO: UM ESTUDO DO FINANCIAMENTO  
DE UMA CRECHE EM CURITIBA-PR

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Políticas Educacionais, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Alves

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Cassemiro, Viviane Andreia Sgarioni.

A oferta da educação infantil em instituições privadas contratadas  
com o poder público : um estudo do financiamento de uma creche em  
Curitiba-PR / Viviane Andreia Sgarioni Cassemiro. – Curitiba, 2019.  
114 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Alves

1. Educação – Financiamento. 2. Educação – Aspectos políticos. 3.  
Educação e Estado. 4. Educação de crianças – Curitiba (PR). 5.  
Educação infantil. 6. Parceria público-privada. I. Título. II. Universidade  
Federal do Paraná.



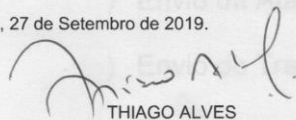
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

### TERMO DE APROVAÇÃO

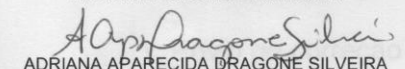
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VIVIANE ANDREIA SGARIONI CASSEMIRO**, intitulada: **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COM ENTIDADES CONTRATADAS**, sob orientação do Prof. Dr. THIAGO ALVES, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

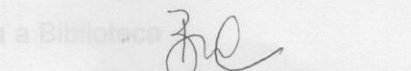
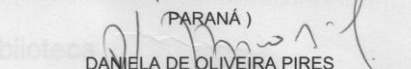
A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Setembro de 2019.

  
THIAGO ALVES

Presidente da Banca Examinadora

  
ADRIANA APARECIDA DRAGONE SILVEIRA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

  
BIANCA CRISTINA CORREA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)  
  
DANIELA DE OLIVEIRA PIRES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

(por processar)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

ATA Nº 1398

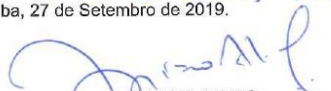
### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO.

No dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezenove às 17:00 horas, na sala 232-A, 2º pavimento, Edifício Teixeira Soares, Campus Rebouças do Setor de EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa da dissertação da mestranda **VIVIANE ANDREIA SGARIONI CASSEMIRO**, intitulada : **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COM ENTIDADES CONTRATADAS**, sob orientação do Prof. Dr. THIAGO ALVES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em EDUCAÇÃO foi constituída pelos seguintes Membros: THIAGO ALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), BIANCA CRISTINA CORREA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ADRIANA APARECIDA DRAGONE SILVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), DANIELA DE OLIVEIRA PIRES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela aprovação. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, THIAGO ALVES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.


Observações:

*A banca considerou aprovada desde que atenda as recomendações da banca. Especificamente quanto a:*  
*1) aprofundamento da discussão teórico-conceitual; 2) ajustar a descrição dos procedimentos metodológicos; 3) apresentação da (continua) argumentos coletados sobre o objeto; 4) aprimoramento de alguns*

Curitiba, 27 de Setembro de 2019.

  
THIAGO ALVES  
Presidente da Banca Examinadora

  
ADRIANA APARECIDA DRAGONE SILVEIRA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

  
BIANCA CRISTINA CORREA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)  
  
DANIELA DE OLIVEIRA PIRES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

*(por parecer)*

*(continua): dos achados e base na literatura citada;  
(5) revisão do título: "A oferta da educação infantil  
em instituições privadas contratadas com o poder público:  
um estudo do financiamento de uma creche em Curitiba-PR."*

Dedico esta dissertação a Deus, por ser meu guia em todos os momentos.

Ao meu esposo Marcos e à minha filha Lara, por serem a base de tudo na minha vida. Amo-vos!

## AGRADECIMENTOS

Digo que esta foi a primeira folha a escrever desde antes mesmo de iniciar o texto desta dissertação. Um mestrado não se faz sozinho; com ele estão as pessoas que contribuíram em todos os momentos trilhados até aqui, sejam eles bons e não tão bons.

Começo dizendo que este processo mexeu muito com meus sentimentos. Dentre todos, o mais latente e permanente foi a GRATIDÃO, palavra tão boa de se pensar, sentir e declarar. Então, minha eterna gratidão a todas as pessoas que já faziam parte da minha vida e às outras que o mestrado me trouxe como presente para compor minha experiência acadêmica e de vida.

❖ Ao meu Pai Celestial, por ser essencial em minha vida, meu guia, protetor e auxiliador em todos os momentos. Obrigada pela paz que excede todo entendimento.

❖ Ao meu pai e à minha mãe, por serem meus primeiros professores na escola da vida e por terem me proporcionado uma criação sólida que fortaleceu minhas asas para voar mais alto e seguir meus sonhos, que eram avançar nos estudos e trabalhar. Meu maior desafio foi sair de uma cidade pequena do interior do Paraná com 19 anos e vir morar em Curitiba. Minha eterna gratidão a vocês, pai e mãe. Amo-vos!

❖ Ao meu esposo Marcos, por me apoiar, incentivar e aguentar as pontas em casa neste período de estudo. À minha amada filha Lara, pelas suas orações diárias, amor incondicional e abraços constantes que me preenchem e me sustentam constantemente. À família Casseiro, em especial à minha sogra Maria de Lourdes que cuidou da Lara em momentos que precisei me ausentar. Gratidão! À minha tia Denise Biasi, pelo seu apoio, encorajamento e determinação, exemplo de vida que sigo desde criança.

❖ Às professoras queridas Desire e Inge pelo exemplar olhar docente para condução, incentivo e confiança em realizar o processo seletivo de mestrado na UFPR. Minha eterna gratidão!

❖ Ao professor e meu orientador Thiago Alves que proporcionou aprendizado no campo estatístico na disciplina isolada de Métodos Quantitativos em Educação, tarefa difícil, mas carregada de leveza, alegria e paciência em deixar os números

amigos de todos. Agradeço imensamente pelas suas orientações, pelas conversas que por vezes foram para abrandar os desafios, pelas ideias e pela ajuda na construção dessa dissertação. Minha eterna gratidão!

❖ Aos meus primeiros contatos na UFPR na disciplina isolada de Métodos Quantitativos em Educação. Cláudio Duarte, Etiane e Verydiana, obrigada pela cadeira reservada a cada aula, pelo café na hora do intervalo e pelos trabalhos em equipe que realizamos. Agradeço também à Eunice que me apresentou geograficamente todos os espaços da UFPR, pelas nossas tardes de estudo no Poli, pelos cafés e pelas conversas que fizeram tão bem quando os momentos foram tensos. À Sandra Colla, pela sua alegria e parceria nos trabalhos e viagem acadêmica.

❖ À professora Gabriela Schneider, pelo aprendizado e aprimoramento para minha formação no estágio docente.

❖ Às professoras, membros da banca de qualificação, Professora Dra. Maria Otilia Kroeff Susin, da UFRGS, e Professora Dra. Daniela Pires, da UFPR, que vieram para somar e abrilhantar o tema recém aderido com suas cuidadosas considerações. Agradeço igualmente pela disponibilidade das professoras para a banca de defesa Professora Dra. Bianca Corrêa, Professora Dra. Adriana Dragone e Professora Dra. Daniela Pires.

❖ Às amigas sempre presentes no coração Simonia Ferreira, Josélia Souza, Keila Motta, Carla Camilo, Cintia Correa e Sandra Schiller, em especial às amigas de longa data Kelly Cabral e Mônica Wakao, que, mesmo distantes fisicamente, me encorajaram, aconselharam e aqueceram meu coração. À querida amiga Shellen pela companhia, torcida e saídas para espairecer a cabeça acompanhadas de um bom papo e café.

❖ Ao Grupo Familiar Shallon, pelas orações e por alimentar minha fé. Amovos!

❖ À família Macena, pela amizade, diálogos, projetos e orações. Will, gratidão por intermediar prontamente as entrevistas junto à Secretaria Municipal de Educação. Sandrinha, sua amizade espontânea é contagiante, mulher virtuosa, uma fonte de inspiração. Gratidão por tudo!

❖ Aos Gestores da Secretaria Municipal de Educação, pelo consentimento e pela abertura para realizar as entrevistas, bem como pelo material disponibilizado.



❖ À Gestão do CEI Contratado, pela recepção acolhedora, pela disponibilidade e pelo exemplar trabalho desempenhado na instituição, que conduz uma educação que transborda amor e carinho pelas crianças. Minha eterna gratidão!

❖ Ao bibliotecário Guilherme, pelo aprendizado nos indexadores e auxílio quanto às normas da ABNT.

❖ À representação discente, pelo acompanhamento das questões da vida acadêmica. À Mariana Peleja e à Karina Falavinha, pelas conversas e por proporcionarem, com a Professora Miriam Pan, o Seminário Especial de Processos Subjetivos e a Formação do Pesquisador: Dificuldades e Desafios. Desse seminário recebi ajuda de muitas pessoas, dentre elas minha gratidão à Carla Neto do Vale Heinrichs: seu apoio e alteridade foi muito importante na transição de meu tema. Minha gratidão!

❖ Às meninas da Secretaria do PPGE, Cintia, Wellen e Sandra, que sempre nos atendem com um sorriso. Vocês não têm noção do qual bom é receber esse atendimento. Quero agradecer em especial à Sandra que foi além do seu trabalho na secretaria, me ouviu, me incentivou para que tudo terminasse bem e com alegria. Minha eterna gratidão!

❖ A todos os assessores do Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica – CAPA/UFPR, Natalia (Lola) que me ajudou com artigo para publicação, em especial à Jhuliane Silva, dona de uma alegria contagiante, que esteve presente em todos os momentos, segurou a barra quando estava pesada e trouxe paz quando tudo se encaixou com as peças do quebra-cabeça da escrita. Jhu, os últimos meses foram intensos e sou eternamente grata por sua incansável e constante leitura, revisão, cuidado, amizade e carinho. Minha eterna gratidão!

❖ À Solange, por não deixar eu esquecer de cuidar do corpo e da mente. Igualmente agradeço à querida amiga Vandeleia Stece pelos chás fitoterápicos, pela leveza que me trouxe com seu bate-papo. Gratidão pela torcida.

❖ À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro durante o Mestrado.

## RESUMO

Com a intensificação da política de Estado mínimo a partir da ideologia política e econômica do neoliberalismo, impulsionada nos anos 1990, fortaleceu-se a presença do setor privado na oferta de educação infantil por meio de convênios com o setor público. Essa prática foi corroborada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que permite repasses públicos ao setor privado. Assim, teoricamente, quando o sistema de ensino não consegue abarcar as matrículas em sua rede, o poder público faz uso de convênios firmados por meio de contratos com vistas a atender às demandas das famílias para a educação de suas crianças. Nesse sentido, ocorre uma reconfiguração do papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Diante desse cenário, a presente pesquisa visa analisar a política de contratação e os mecanismos de financiamento de instituições privadas sem fins lucrativos e avaliar as condições de oferta de ensino do segmento creche. Para isso, realizou um estudo qualitativo descritivo em uma instituição de educação infantil filantrópica contratada que atendeu crianças de quatro meses a três anos em Curitiba no ano de 2018. Para tanto, como técnicas de pesquisa, utilizou-se pesquisa documental (leis, decretos, parecer, editais, entre outros), bem como entrevistas *in loco* do tipo semiestruturadas com gestores da Secretaria Municipal de Educação, com gestores do CEI e com a mãe de uma criança atendida pelo CEI. Os resultados indicam que a Prefeitura Municipal de Curitiba contou em 2018 com R\$ 1,423 bilhão de receitas para educação básica. O município repassou R\$ 46,6 milhões às instituições privadas conveniadas, o que equivale à 3,27%. Os repasses efetuados pela prefeitura para as instituições contratadas estão 32,76% acima dos valores estimados do valor-aluno-ano Fundeb em 2018 e 89,08% aquém dos valores necessários para a garantia de uma educação de qualidade sugerido pelo Simulador de Custo-Aluno Qualidade, embora o município possua recursos para aumentar o investimento. A contratação parece ser uma estratégia conveniente para o poder público pelo baixo valor *per capita* mensal de R\$ 443,17 do repasse feito pela prefeitura à instituição estudada. As famílias ainda precisam complementar o valor contribuindo com uma mensalidade de até R\$ 400, adicionada de alguns alimentos e itens de higiene para ter acesso ao segmento creche nessa instituição, o que pode reforçar a desigualdade de acesso das crianças ao direito à educação.

Palavras-chave: Financiamento da educação. Relação Público-Privada. Política educacional. Educação Infantil.

## ABSTRACT

Given the intensification of the minimal state policy based on the political and economic neoliberal ideology during the 1990s, the presence of the private sector to provide early childhood education in Brazil was strengthened through partnerships with the public sector. This practice was further validated by Fundeb (Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and for the Appreciation of Education Professionals), which allows public money transfers to the private sector. Hence, in theory, when the public education sector is unable to support enrollments in its own system, the government establishes partnerships signed through contracts aimed at meeting the demands of families for the education of their children. As a result, there is a reconfiguration of the role of the State in guaranteeing social rights. Considering this scenario, the present research aimed (1) to analyze the public-private partnership policy and the financing mechanisms of private nonprofit educational institutions, and (2) to evaluate the conditions of the provision of early childhood education to infants and toddlers. In order to do this, a qualitative descriptive study was developed in a philanthropic early childhood education institution that worked with children aged between four months old and three years old in Curitiba in 2018. As for research techniques, document research (laws, decrees, protocols, calls, among others) and semi-structured interviews were used. The interviews occurred in loco with managers of the Municipal Department of Education, managers of the education and care center under study (CEI), and the mother of a child assisted by this CEI. Results indicated that while Curitiba had had R\$ 1,423 billion in revenues for basic education in 2018, it transferred R\$ 46.6 million to private partner institutions, which is equivalent to 3.27%. The transfers made by the City to the partner institutions were 32.76% above the estimated sum calculated by the Fundeb value student/year in 2018, and 89.08% below the values necessary to guarantee a quality education as suggested by the Cost-Student Quality Simulator (SimCAQ), although the City has resources to increase its investment in education. Also, partnerships seem to be a convenient strategy for the City due to the low *per capita* monthly value of R\$ 443.17 it has to transfer to the institution studied. Families, however, are still required to pay a monthly fee of R\$ 400 and provide some food and hygiene items to have access to the service, which may reinforce the inequality of access to the right to education.

Keywords: Education Financing. Public-Private Partnerships. Educational politics. Early Childhood education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- COMPOSIÇÃO DO FUNDEB .....	36
TABELA 1	- ESTIMATIVA DOS VALORES (ANO) DO CAQI, BRASIL, 2019 .....	41
QUADRO 2	- OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ...	54
QUADRO 3	- NÍVEIS E IDADE DE ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA EM CURITIBA, 2018 .....	58
TABELA 2	- NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM CRECHE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA CURITIBA, 2013 A 2018 .....	58
TABELA 3	- NÚMERO DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA, CRECHE E PRÉ- ESCOLA - CURITIBA, 2013 A 2018 .....	60
TABELA 4	- REPASSE DE VALORES PERCAPITA/ANO POR ALUNO PARA CRECHES CONVENIADAS - CURITIBA, 2015- 2018, EM REAIS .....	62
TABELA 5	- VALORES REAPASSADOS POR ETAPA, EDUCAÇÃO INFANTIL, CURITIBA 2014-2018, POR ANO .....	63
TABELA 6	- COMPOSIÇÃO DA RECEITA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CURITIBA, 2018 .....	65
TABELA 7	- COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO, CURITIBA, 2018 .....	67
TABELA 8	- NÚMERO DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONTRATADO, 2013 a 2018 .....	70
QUADRO 4	- DEMONSTRATIVO ORGANIZACIONAL DO ATENDIMENTO CRECHE E PRÉ-ESCOLA, CEI CONTRATADO, 2019 .....	73
FIGURA 1	- PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO CEI .....	78

## LISTA DE SIGLAS

CF/88	- Constituição Federal de 1988
EB	- Educação Básica
EC	- Emenda Constitucional
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	- Ensino Fundamental
EI	- Educação Infantil
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EM	- Ensino Médio
Capes	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ	- Custo Aluno-Qualidade
CAQi	- Custo Aluno-Qualidade inicial
CEI	- Centro de Educação Infantil
CMAEE	- Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado
CME	- Conselho Municipal de Educação
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
FAS	- Fundação de Assistência Social
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Inep	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	- Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDE	- Laboratório de Dados Educacionais
LRF	- Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE	- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	- Ministério da Educação
NRE	- Núcleos Regionais da Educação
PIB	- Produto Interno Bruto

PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PME	- Plano Municipal de Educação
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PQR	- Padrão de Qualidade de Referência
RME	- Rede Municipal de Ensino
RREO	- Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SEB	- Secretaria de Educação Básica
SimCAQ	- Simulador de Custo-Aluno Qualidade
Siope	- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SME	- Secretaria Municipal de Educação de Curitiba



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA E DO MARCO LEGAL .....</b>	<b>19</b>
2.1	O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCO LEGAL .....	19
2.2	A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS .....	28
2.3	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	32
2.4	REVISÃO DAS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	42
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>51</b>
3.1	TÉCNICAS DE PESQUISA .....	51
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	52
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>55</b>
4.1	A OFERTA DE CRECHE EM CURITIBA .....	55
4.2	A POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO E FINANCIAMENTO DOS CEI CONTRATADOS .....	61
4.3	ESTUDO DO CEI CONTRATADO.....	68
4.3.1	O CEI .....	68
4.3.2	Descrição da oferta .....	72
4.3.3	Análise do financiamento do CEI Contratado .....	76
4.3.4	Avaliação das condições de oferta do CEI Contratado .....	80
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO .....</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GERÊNCIA E O ASSESSOR FINANCEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DO CEI .....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FAMÍLIA .....</b>	<b>97</b>
	<b>ANEXO 1 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXO 2 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DOS CEI CONTRATADOS EM CURITIBA.....</b>	<b>104</b>
	<b>ANEXO 3 – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR NRE EM CURITIBA .....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação infantil (EI) é a primeira etapa da educação básica. Esta compreende dois segmentos: a creche, com crianças de zero a três anos e a pré-escola, com crianças de quatro a cinco anos. Essa etapa visa o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, sejam físicos, sociais, psicológicos ou intelectuais (BRASIL, 1996), uma vez que é responsável por “estabelece[r] as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização”, reforçando assim, ao longo da vida, “autoconfiança, cooperação, solidariedade, responsabilidade” (BRASIL, 2001).

No Brasil, o direito à EI encontra-se indicado em diversos documentos oficiais. Neste texto dissertativo, será explicitado, principalmente, a partir da Constituição Federal (CF/88) (BRASIL, 1988) que inaugura a EI como um direito, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) que o reafirma enquanto tal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) que inclui a EI como uma etapa da EB, e das alterações posteriores (Decretos, Emendas Constitucionais, para citar alguns) que ampliaram o marco legal.

A título de exemplo, na CF/88, lê-se o direito sendo assegurado em diversos artigos: a) o art. 205 trata a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família com vistas ao desenvolvimento pleno da pessoa; b) o art. 206, inciso IV, estabelece gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais como um princípio a ser observado; c) o art. 208, modificado pela Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 2009, institui a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade como dever do Estado (inciso I); d) o art. 208, inciso IV, trata da oferta da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 anos de idade (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); e e) o art. 211 estabelece a organização dos sistemas de ensino das diferentes esferas em regime de colaboração e, assim, prevê a oferta da EI e do Ensino Fundamental (EF) como responsabilidade do município.

Apesar de os artigos citados tratarem da educação básica como um todo, incluindo a EI, é sobre este público, mais especificamente sobre as crianças de zero a três anos atendidas em creche, que a presente pesquisa se debruçou. Mesmo estando estabelecida conforme as leis e decretos supramencionados e que serão

nas seções subsequentes tratados, é evidente que a EI passou e ainda passa por diversos desafios para concretizar o proposto nesses documentos.

Conforme aponta Didonet (2001), as creches surgiram a partir da necessidade de a mulher ter alguém, bem como algum espaço para cuidar de seus filhos pequenos para que pudesse trabalhar. No Brasil, não foi diferente. A partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei 5.452 de 1943, no art. 389, parágrafo 1º, determinou-se que as empresas que tivessem mais de 30 mulheres em seu quadro de funcionários deveriam fornecer um local apropriado para seus filhos enquanto lactentes (zero a seis meses). Assim, no Ocidente, a origem da creche se representa pelo trinômio “*mulher-trabalho-criança*” (DIDONET, 2001, p.12, ênfase no original), ou seja, é a partir dessa dimensão que os três elementos emergem para suprir a demanda e a organização administrativa e dos serviços que envolvem o espaço da creche.

Desse modo, a questão de zelar pela criança passa a ser expandida para além do seio familiar. Surgem, com o passar do tempo, com o processo de industrialização do país, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, e diante da grande demanda, associações de creches para atender famílias pobres. De caráter assistencialista, esses espaços preocupavam-se com questões de saúde, alimentação e higiene das crianças. A família que possuía condições de arcar com os custos de manter alguém para cuidar das crianças contratava para esse fim uma babá; e a família mais desassistida recorria a esses centros de cuidados.

Até a década de 1980, as instituições de EI conservavam um caráter assistencialista e não, propriamente, educativo no trabalho com as crianças; contudo, esse cenário vem sendo alterado desde então. Segundo Didonet (2001, p. 13), é crescente o número de creches com propostas pedagógicas bem fundamentadas, que se preocupam com a contratação de profissionais qualificados e que seguem critérios de qualidade apresentados em Lei devido ao entendimento de ser um direito e uma necessidade a criança ser cuidada e educada.

Em termos de leis voltadas estritamente à EI, a EC nº 59/2009 altera a CF/88 e torna a escolarização um direito de oferta obrigatória pelo poder público a todas as crianças na faixa etária entre quatro a cinco anos, que deve ser assegurado pelo Estado em escolas públicas e gratuitas. Para as crianças de zero a três anos, o atendimento em creche deve ser resguardado como um direito sob prioridade do Município.

Em virtude de o segmento creche não ser considerado obrigatório pelo Poder Público no contexto brasileiro, a literatura revela que a creche nasce privada e que existe uma prática consolidada de oferta de EI por meio de convênios estabelecidos entre o setor público e instituições de educação infantil privadas sem fins lucrativos, que se intensificaram a partir da promulgação da CF/88 e da LDB (ADRIÃO; PERONI, 2009; BASSI, 2011; PERONI, 2013; PINTO, 2016; BORGHI; BERTAGNA, 2016; ARAÚJO, 2015).

A intensificação da presença da iniciativa privada na Educação Infantil se deve ao fato de que, com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de acordo com o art. 8º, ficou autorizada a contabilização das matrículas em creche, pré-escola e educação especial atendidas em entidades comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que devidamente conveniadas com o Poder Público, para o recebimento de recursos do fundo (BRASIL, 2007). Esse dispositivo permite que o setor privado atue na prestação de serviços na Educação Infantil destinando recursos públicos para as escolas privadas sem fins lucrativos.

O conveniamento com o poder público, assim, implica em repasses de recursos públicos para os Centros de Educação Infantil (CEI) contratados<sup>1</sup>. A pesquisa de Oliveira e Borghi (2013) aponta algumas justificativas apresentadas por gestores municipais para recorrer ao conveniamento: necessidade de atender uma grande demanda; não existência de espaço/prédios para ampliação da rede própria; custos mais baixos; entendimento de que o serviço prestado pela instituição privada é conhecido e aprovado pelo setor público; agilidade de atendimento em virtude da demanda emergencial por EI. Contudo, segundo as autoras, recorrer ao conveniamento é uma estratégia de esvaziamento do dever do Estado e consequente privatização do público.

Tendo em vista o exposto, essa dissertação enfatiza a composição da receita da EI em uma instituição filantrópica de Educação Infantil conveniada com o poder público, com foco no segmento creche. Mais especificamente, a pesquisa visa

---

<sup>1</sup> Entende-se por escola conveniada ou contratada a que, sendo privada sem fins lucrativos, recebe recursos públicos para ofertar educação infantil. Neste texto, portanto, serão utilizados os termos de modo intercambiável, sem alteração de sentido. Essa escolha se justifica porque a expressão “escolas conveniadas” é utilizada em documentos oficiais e, em Curitiba, é utilizada a expressão “escolas contratadas”

responder as seguintes questões: Como se dá o financiamento da oferta educacional em instituições conveniadas com o poder público? Quais são as condições de oferta nessas instituições?

Como objetivo geral da pesquisa, pretende-se analisar o financiamento de Centros de Educação Infantil privados sem fins lucrativos com foco na composição da receita para a educação infantil. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) Analisar o processo de credenciamento e contratação e os mecanismos de financiamento das entidades privadas de Educação Infantil; (b) Avaliar as condições de oferta da Educação Infantil em uma entidade conveniada.

Com vistas a responder aos objetivos propostos, foi analisada a política de credenciamento, contratação e financiamento de entidades privadas sem fins lucrativos de Educação Infantil na cidade de Curitiba-PR no ano de 2018. Como forma de compreender os resultados da política de contratação, foi realizado um estudo qualitativo em uma instituição contratada. Igualmente, foi realizada pesquisa documental e levantamento bibliográfico sobre relação público-privada, bem como entrevistas com gestores da Secretaria Municipal de Educação, gestão do CEI contratado e uma responsável por uma criança atendida na instituição em estudo.

A partir dessa introdução, esse texto se organiza em quatro partes, a saber: revisão de literatura, aspectos metodológicos, resultados e discussão e considerações finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA E DO MARCO LEGAL

Este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira faz breve revisão do marco legal vigente que estabelece o direito à educação das crianças de zero a cinco anos e o dever do Estado em garantir o atendimento a esse público. A segunda apresenta um breve histórico do direito de crianças à educação infantil pública e gratuita. A terceira trata sobre o financiamento da Educação Infantil. A quarta apresenta o resultado de uma revisão de literatura que aborda o repasse de verbas públicas para entidades privadas, apresentando, assim, a relação público-privada existente na oferta da educação infantil no Brasil.

### 2.1 O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCO LEGAL

A educação escolar no Brasil é dividida em dois níveis: 1) educação básica e 2) educação superior. A educação básica (EB) é constituída por três etapas: educação infantil (EI), ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM) (art. 21) (BRASIL, 1996). A Constituição Federal (CF/88) estabelece que os municípios atuem prioritariamente na oferta da EI e do EF e os estados e o Distrito Federal atuem prioritariamente no EF e no EM (Art. 211, parágrafos 2º e 3º). Esta oferta deve se dar em regime de colaboração, o que faz com que os municípios, os estados e a União sejam igualmente responsáveis pela EB, ainda que exercendo papéis concorrentes, complementares ou distintos.

A EI é, assim, a primeira etapa da EB e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, com complementação da ação da família e da comunidade (art. 29, BRASIL, 1996). Às crianças de zero a três anos é ofertado atendimento no segmento creche e às crianças de quatro e cinco anos é destinado atendimento no segmento pré-escola (BRASIL, 1996).

No Brasil, a EI está explicitada na CF/88 e reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), assim como nas alterações posteriores que ampliaram o marco legal para contemplar as novas demandas postas pela sociedade brasileira. De fato, é a partir da CF/88 que a educação infantil passa a ser



reconhecida constitucionalmente enquanto direito da criança e dever do Estado e da família, constituindo-se enquanto um grande salto qualitativo para a educação.

Enquanto um direito social, lê-se, na seção que trata dos direitos sociais, dentro de um contexto de família em que os responsáveis devem ser provedores de seu lar, que deve haver “[...] assistência gratuita a filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.” (Art. 7, inciso XXV, Emenda Constitucional n. 53, de 2006).

Enquanto um dever, a educação é de responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a comunidade (Art. 205) e deve ser balizada segundo diversos princípios, dentre os quais destacam-se para fins de posterior análise: “I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; III – [...] coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino [...]; e VII – garantia de padrão de qualidade.” (Art. 206).

O princípio I traz à luz a desigualdade historicamente construída e consolidada da oferta educacional às populações mais desprivilegiadas, especialmente os mais pobres, os afrodescendentes e os moradores do campo (de acordo com dados do IBGE enfatizados também no PNE/2014 (cf. BRASIL, 2014)). O estabelecimento deste princípio se configura, assim, como mais um mecanismo para pressionar o Estado a atender as necessidades da população de forma mais eficiente, seja em relação à ampliação da oferta de vagas, seja em relação a quaisquer outras demandas sociais e educacionais.

Essa pressão se faz necessária diante das diversas desigualdades de cunho social, cultural, político e econômico que caracterizam o contexto brasileiro, dentre elas fome, doenças, desnutrição, desemprego, ausência de saneamento básico, desestruturação familiar e outras vulnerabilidades sociais. Diante dessas realidades, entende-se que as desigualdades afetam diretamente nas condições de oferta de ensino e fragilizam o direito desse público marginalizado à educação. Por isso, a escola adquire contornos semelhantes às características do contexto em que está inserida e deve trabalhar para atender demandas específicas.

Logo, por mais que o princípio em questão trate da garantia da oferta em condições de qualidade para todos, o que implica na igualdade de condições de acesso e permanência dessas crianças na escola, é evidente que há muito a ser feito para que se torne uma realidade e inexistam escolas de referência e escolas

em condições precárias, escolas públicas e escolas conveniadas, por exemplo, o que contradiz o princípio.

Quanto ao princípio III, apesar de a CF/88 estabelecer a escolarização básica como sendo dever do Estado, é disposto no Art. 209 que “o ensino é livre à iniciativa privada” se atendidas as normas estabelecidas para as instituições públicas e mediante autorização e avaliação das condições de qualidade desse serviço. Este assunto, tema desta dissertação, será discutido nas subseções 2.3 e 2.4.

No que concerne ao princípio IV, reforça-se a gratuidade do ensino básico, e aqui se inclui a educação infantil, que deve ser de oferta do Estado, portanto, pública. Esse princípio tem sido pauta de muitos estudos que se debruçam sobre a privatização do ensino (PERONI, 2018, OLIVEIRA; BORGHI, 2013, PERONI et al, 2013, PERONI; CAETANO, 2015) e vai de encontro ao princípio III, uma vez que abre espaço para que a lógica do privado (e consequentemente as leis do mercado) atue diretamente sobre o público. A entrada do terceiro setor (neste caso, instituições privadas sem fins lucrativos) na oferta da EI contribui para que as políticas sociais do Estado se esvaziem, os direitos conquistados sejam minimizados, a comunidade perca espaço de participação na tomada de decisões referentes à escola, o privado influencie ou defina as políticas públicas, e a lógica do mercado se intensifique, gerando “consequências para o processo de democratização da educação” (PERONI et al, 2013, p. 97).

Outra consequência da abertura ao setor privado, mesmo que sem fins lucrativos, na oferta da EI é a possibilidade de escolha para alguns em detrimento de outros. O direito à educação, assim, reivindica “um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 17).

O princípio V, por sua vez, trata da importância dos profissionais do ensino – vistos como educadores, não como técnicos – no que diz respeito à educação e, principalmente, a uma educação que se quer de qualidade. Assim, o princípio enfatiza a relação necessária entre formação docente, plano de carreira, salário justo para que haja a valorização do profissional e consequentemente o fortalecimento do ensino.

Finalmente, quanto ao princípio VII, entende-se a garantia da qualidade da educação como uma condição *sine qua non* para que o sistema educacional

brasileiro satisfaça suas demandas e cumpra o que está posto na Lei. O conceito de qualidade, contudo, não é consensual.

Para Gadotti (2013), a qualidade tem caráter dinâmico porque envolve constante adaptação às transformações do mundo social. Por ser dinâmico, este conceito deve ser continuamente questionado, discutido e modificado tendo em vista as mudanças que constituem o contexto social em determinado espaço e momento histórico. Dourado e Oliveira (2009) corroboram esse entendimento quando argumentam a historicidade do conceito de qualidade. Para eles (2009, p. 203), “o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências sociais de um dado processo histórico.”

Historicamente, como comentam Oliveira e Araújo (2005, p. 8), houve três entendimentos distintos de qualidade na educação brasileira que

[...] foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à idéia (sic) de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a idéia (sic) de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala.

Atualmente, consoante Oliveira e Araújo (2005), definir qualidade envolve aspectos de natureza não somente técnica, mas também política. Em outros termos, “requer uma análise dos custos, das condições reais dos objetivos que se almeja e das expectativas sociais em torno do processo de escolarização.” (2005, p.18). Sobre isso, Corrêa (2011) reforça que para se ter uma educação de qualidade, é preciso que se observem as normas, o financiamento e a fiscalização no âmbito da educação de forma conjunta, pois não se pode garantir um na ausência dos outros e vice-versa.

Tendo em vista o exposto, esta pesquisa entende o conceito de qualidade como estando imbricado com o contexto micro e macro que está sendo avaliado, que considera os direitos, as necessidades, os conhecimentos, enfim, as possibilidades que se colocam em questão. Apesar disso, por mais contextual e dinâmico que esse conceito possa ser, ele não retira o dever do Estado em assegurar esse direito a todos, independentemente de sua condição social, cultural e econômica.

Um exemplo ilustrativo do conceito é apresentado pelos Parâmetros e Indicadores de Qualidade para os Centros de Educação Infantil Conveniados com a Prefeitura Municipal de Curitiba, documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (CURITIBA, 2011). Baseando-se em Peter Moss (2006 apud CURITIBA, 2011), a SME descreve a qualidade como sendo polissêmica e enfatiza sete dimensões para aferir a qualidade das instituições de ensino de EI:

1) planejamento institucional, 2) multiplicidade de experiências e linguagens, 3) interações, 4) promoção a saúde, 5) espaços, materiais e mobiliários, 6) formação e condições de trabalho dos profissionais e 7) cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social (CURITIBA, 2011, p. 10)

A partir dessas dimensões, o município intenta construir uma EI reconhecida pelas partes interessadas – crianças, profissionais e familiares – “de modo que independente da unidade em que se encontrem, estas tenham as mesmas oportunidades para crescer, brincar, aprender e se desenvolver, em ambientes voltados à garantia de seus direitos” (CURITIBA, 2011, p. 5). Apesar de ser um princípio relevante para a discussão proposta e que será feita adiante, a qualidade não foi tomada como objeto de estudo desta dissertação.

Para além da CF/88, o direito à educação aparece e é reafirmado nas linhas do ECA (BRASIL, 1990). Neste documento lê-se que

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Assim, dentre os direitos listados, o ECA estabelece o direito à educação à criança (0 a 12 anos incompletos) e ao adolescente (12 a 18 anos) (art. 53), ressaltando “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I) e “o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica” (inciso V, Lei nº 13.845, de 2019). Ademais, corroborando o texto da CF/88, fica definido como dever do Estado

assegurar a esse público o atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade seja na creche ou na pré-escola (art. 54, inciso IV).

A Lei nº 9.394 (LDB), sancionada em 1996, reforça tanto a CF/88 quanto o ECA e inova ao estabelecer a EI como parte do sistema de ensino básico de educação, sendo considerada a primeira etapa educacional do indivíduo. Destaca-se, contudo, a seção que trata do dever de educar e do direito à educação. O art. 4 da Lei, a partir da EC nº 59/2009 e da posterior redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, confere ao Estado o dever de fornecer educação básica obrigatória pública e gratuita dos quatro a dezessete anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (Inciso I), de garantir educação infantil (creche e pré-escola) também gratuita a crianças de até cinco anos de idade (Inciso II) e de assegurar “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos” (Inciso X). Mesmo assim, em seu artigo 7, trata da abertura do ensino à iniciativa privada, atendidas algumas condições.

Deste modo, a partir da EC nº 59/2009, estabelece-se a promoção à escolarização na idade obrigatória (4 a 17 anos) como um direito público subjetivo a ser assegurado pelo Estado, o que implica que, na inexistência de vagas, qualquer cidadão brasileiro pode acionar o Poder Público para exigir a EB como um direito a ser ofertado pelo Poder Público. Essa compulsoriedade traz, assim, outra conotação para a responsabilidade das famílias junto ao Estado para com a educação de seus filhos. A creche, explicitada nos documentos supracitados como compondo a EI, se caracteriza como um direito da criança à educação e como um direito da família de compartilhar essa responsabilidade de cuidar e de educar; tal direito deve ser resguardado pelo município por meio da institucionalização da educação. O município, por não se tratar de um poder discricionário, não pode se eximir do dever de prover educação no segmento creche a todas as famílias que desse atendimento necessitarem.

Para além do texto das leis mencionadas, um importante avanço foi dado em direção à EI a partir da criação de planos nacionais de educação, no sentido de propor metas e objetivos específicos para esta etapa. Sobre isso, a Lei nº 10.172/2001, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) com duração de dez anos, neste caso, de 2001-2010. Este plano estabeleceu metas no âmbito educacional. Dentre elas, destacam-se

a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização do ensino público, nos estabelecimentos oficiais [...] (BRASIL, 2001).

Diante das restrições orçamentárias e das desigualdades estruturais do Brasil, são estabelecidas cinco prioridades neste plano, dentre as quais destacamos a que se refere à EI, qual seja: “ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino” (BRASIL, 2001). Isto é, dentro de um contexto em que o foco estava na obrigatoriedade da oferta do EF para as crianças da faixa etária adequada (sete a catorze anos) e para quem a ela não teve acesso, esta prioridade indica a extensão da obrigatoriedade da educação escolar para crianças de seis anos.

Ainda, neste plano, traçou-se como um dos objetivos para a EI “[a]mpliar a oferta de educação infantil de forma a atender”, até 2006, a 30% das crianças em creche e a 60% das crianças em pré-escolas e, até 2010, “alcançar a meta de 50% das crianças” em creche “e 80% em pré-escola”. (BRASIL, 2001). De acordo com Corrêa (2011), essas metas se mostraram inviáveis já em sua aprovação, de modo que nos anos de 2009 e 2010, as metas ainda não haviam sido alcançadas no concernente à creche. Em relação à pré-escola, os índices são maiores, porém ainda tímidos em relação ao objetivo inicial.

A EC nº 59/2009 alterou o artigo 214 da CF/88 estabelecendo a formulação dos planos nacionais de educação para criação de metas decenais e pontuando a necessidade de se definirem políticas educacionais de Estado e não restritas a governos. Ademais, elevou o estatuto do PNE de uma disposição transitória da LBD para uma “exigência constitucional” (BRASIL, 2014, p. 5) que deverá servir de referência para a construção de planos municipais, estaduais e distrital. Esta EC também alterou o artigo 208 da CF/88 nos incisos I e VII de maneira a fixar a obrigatoriedade do ensino àqueles que se encontram em idade escolar, de 4 a 17 anos. Àqueles que não tiveram acesso à EB na idade própria, foi-lhes assegurada a oferta gratuita do ensino (inciso I). Quanto ao inciso VII, o Estado deve garantir o atendimento deste educando no que se refere ao fornecimento de material didático, saúde, transporte e alimentação, em todas as etapas da EB, por meio de programas suplementares. Desse modo, a EC previu a universalização do atendimento educacional até o ano de 2016.



Para além do primeiro, há o segundo PNE. Sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 2014 a 2024, esse plano estabeleceu vinte metas cujo propósito deve ser lidar com as dificuldades no tocante ao “acesso e [à] permanência; [às] desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; [à] formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e [ao] exercício da cidadania.” (BRASIL, 2014, p. 9).

Essas metas estão divididas em quatro grupos que correspondem a interesses distintos, quais sejam: 1) metas estruturantes para a garantia do direito à EB com qualidade; 2) metas para a redução das desigualdades e para a valorização da diversidade; 3) metas para a valorização dos profissionais da educação e 4) metas para o ensino superior (BRASIL, 2014, p. 9-14). O primeiro grupo de metas é o que interessa a essa pesquisa, pois trata do acesso, da universalização da alfabetização e da ampliação da escolaridade. Mais especificamente, é a Meta 1 que lida com a educação infantil. Esta propõe

universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

De acordo com o relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE elaborado pelo Inep (2018) no que se refere à cobertura escolar das crianças de 4 a 5 anos, os dados revelaram uma evolução no período de 2004-2016. Embora com crescimento contínuo, a meta estabelecida quanto à universalização para as crianças de 4 a 5 anos em nível nacional não foi atingida conforme o previsto até o ano de 2016, ou seja, aproximadamente 450 mil crianças estão fora da escola. Desse modo, estima-se que seja alcançada no âmbito nacional entre 2018 e 2020, segundo as projeções desse levantamento. No caso do Paraná, o percentual de atendimento das crianças na idade de pré-escola no ano de 2016 foi de 92,5%, com uma variação entre 2004 a 2016 de 29,8%.

Com relação à cobertura nacional das crianças de 0 a 3 anos de idade em creche, a Meta indica que o alcance deve chegar a marca de, pelo menos, 50% até o fim da vigência do plano. Este número no ano de 2016, consoante esse relatório, atingiu a cobertura de 32%. Esse percentual representa 3,4 milhões de crianças

atendidas no Brasil, o que indica que ainda existem 1,9 milhões de crianças a serem incluídas em creche até o ano de 2024. (BRASIL, 2018, p. 20).

Embora os resultados referentes à cobertura do atendimento da educação infantil demonstrem progressos em relação à Meta 1, pontua-se a necessidade de políticas para estimular os municípios a priorizar o atendimento às crianças pertencentes a uma renda familiar mais baixa (BRASIL, 2018, p. 25-29).

A prefeitura municipal de Curitiba, sob a Lei n. 14.681/2015, criou o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência de 2015 a 2025, que se baseia nas metas e estratégias dispostas no PNE (Lei n. 13.005/2014). Contudo, diferentemente da proposta do plano nacional, o plano municipal propõe ampliar a oferta de EI em creche até atingir 100% de atendimento à essa faixa etária. Como Meta 1, pretende-se

[u]niversalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender 100% (cem por cento) das crianças de até, no máximo, 3 (três) anos até o final da vigência desse PME, preferencialmente na rede pública. (CURITIBA, 2015).

Dentre as diretrizes do PME de Curitiba, elencadas dentro do Art. 3, destacam-se os incisos II e IV, conforme o recorte dessa dissertação. O primeiro trata da “universalização do atendimento escolar” e o último, da “melhoria da qualidade da educação”.

Contudo, os planos nacional e municipal de educação se alinham às brechas já trazidas na CF/88, na LDB e no Fundeb (como será visto na subseção 2.3) no que diz respeito à intervenção do setor privado para a oferta da educação pública. Lê-se no PNE (2014) que o Estado considera o financiamento de creches e pré-escolas como investimento público em educação (Art. 5, parágrafo 4). O PME, por sua vez, sugere como estratégia para atingir sua Meta 1, a expansão da oferta de educação pública por meio da articulação da “oferta de matrículas gratuitas em instituições de educação infantil privadas, sem fins lucrativos”. Isso implica que, apesar de serem muitos os documentos oficiais que começaram a reconhecer a EI como parte da EB, esses não garantem por sua existência a materialização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade a todos. Mais do que isso, essa brecha é fortalecida e reafirmada ao longo dos anos em diferentes governos, de modo a indicar uma

reconfiguração do papel do Estado no que se refere aos direitos sociais, neste caso, o direito educacional (ARAÚJO, 2015, PERONI, 2010). A educação, assim, passa a ter contornos privados e a funcionar na lógica neoliberal de mercado.

Para tratar do direito à creche e da situação atual das políticas educacionais com relação a este segmento, segue a subseção 2.2.

## 2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Políticas sociais são entendidas neste texto enquanto respostas às lutas sociais enfrentadas por diferentes sujeitos individuais e coletivos numa conjuntura de correlação de forças e, por isso mesmo, as políticas educacionais são tomadas enquanto a concretização do Estado, que também não pode ser visto fora de suas relações sócio-históricas perpassadas pelo sistema econômico e social do capitalismo atual (PERONI et al, 2013). Isso se faz importante para que se entenda a materialização da educação infantil e da creche mais especificamente como um direito a partir da CF/88 que foi adquirido por meio de muitas lutas e que ainda hoje necessita ser debatido para ser concretizado em sua plenitude.

Nesta perspectiva, enfatiza-se que em termos de política educacional no Brasil, a creche nasce no setor privado. De acordo com Stela Oliveira (2001, p. 89), o atendimento à criança de zero a seis anos no Brasil acontece “há mais de cem anos” por meio de instituições comunitárias e filantrópicas que iniciaram a partir de movimentos sociais de bairros, de igrejas e de outras instituições de cunho filantrópico com o objetivo de atender as demandas dos contextos locais. Contudo, era ausente a preocupação em prover educação gratuita para esse público como um direito a ser resguardado, bem como “a incorporação dessas instituições aos sistemas de ensino” (OLIVEIRA, S. 2001, p. 113), o que somente viria a acontecer com a CF/88 e com a LDB/96, respectivamente.

A creche, então, nasce no período de industrialização no Brasil relacionada diretamente ao atendimento das crianças pobres cujos responsáveis de classe baixa necessitam trabalhar e não têm como assistir a sua prole. Esse atendimento, por essa razão, se caracteriza enquanto assistencialista, limitando-se aos cuidados de higiene e alimentação dessas crianças. A “educação assistencialista promovia uma *pedagogia da submissão* que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social”. Nesta perspectiva, “[o] Estado não deveria gerir diretamente as

instituições, repassando recursos para as entidades” (KUHLMANN JR, 2000, p. 8, ênfase no original).

É quando a mulher de classe média entra no mercado de trabalho que as creches privadas surgem, alterando a visão de creche como uma entidade assistencialista para a creche como um direito. Como Kuhlmann Jr (2000, p. 11) expõe: “A ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos.” Assim, conforme esse autor,

[a]s instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. (KUHLMANN JR, 2000, p. 11).

Deste modo, desde os anos 1980 houve um aumento nas negociações trabalhistas em prol das creches para atender as famílias que trabalhavam em empresas comerciais e industriais, bem como as que trabalhavam em órgãos públicos, lançando luz sobre a busca de um atendimento em creches que se voltasse ao desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças, isto é, à educação e não ao cuidado assistencialista (ZILMA OLIVEIRA *et al*, 1992). Nessa época, como reflexo dessas negociações, no Ministério da Educação, começa-se a falar da educação de crianças de zero a seis anos e é somente a partir da LDB/96 que a creche é incorporada ao sistema de ensino, passando a ser vista pelo viés educacional, e não mais como sendo responsabilidade da área da assistência e/ou promoção social.

Em termos de Lei, antes da CF/88, esta fase da vida infantil era vista sob a figura do amparo e da assistência. Na CF de 1891, as crianças sequer chegaram a integrar o texto da Carta Magna. No Estado Novo, a CF/37 cita o público infantil quando da ausência de recursos, os quais deveriam ser providenciados pelo Estado. Nos moldes deste regime político, à infância restava o “Cuidado e não Dever, [o] Amparo e não [o] Direito” (CURY, 1998, p. 10). Na CF/46, o termo Assistência reaparece e é somente na CF/67 que a assistência é destinada ao público específico (Assistência à Infância) em forma de Lei, não mais em termos gerais para ser

realizada por quaisquer instrumentos. Nesse meio tempo, a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, de 1961, vai fazer referência ao público infantil (até sete anos) na então chamada educação pré-primária ministrada em jardins de infância ou maternais, período não obrigatório ou gratuito por Lei. Nesse documento, somente a partir dos sete anos que o ensino primário foi estabelecido enquanto obrigatório. (CURY, 1998). A Lei nº 4.024/1961 também previa que empresas cujas funcionárias tivessem filhos menores de sete anos “deveriam organizar ou manter, diretamente ou em cooperação com os poderes públicos, educação que prece [desse] o ensino de 1º grau”. (CURY, 1998, p. 11). A LDB nº 5.692 de 1971 mantém as determinações da LDB anterior no que concerne à educação infantil e reforça o papel das empresas na assistência às mães trabalhadoras. A CF/88 dá um salto qualitativo frente a todas as leis e constituições anteriores e incorpora a educação infantil como um direito da população e um dever do Estado (CURY, 1998). Isso, como o autor afirma, não aconteceu no vácuo, mas foi produto das lutas e dos movimentos incessantes e crescentes de diferentes vozes da população que reconhecia a importância e a necessidade da educação infantil. Às famílias, assim, ficou direcionada a noção do cuidado, do amparo e da assistência, para além da educação como um todo, mas à escola, garantida e mantida pelo Estado em estabelecimentos oficiais (pelas secretarias de educação, como será visto posteriormente) ficou direcionada à educação institucionalizada.

Diante dessa trajetória histórica que relatou brevemente o direito à EI a nível nacional<sup>2</sup>, percebe-se o desinteresse e a dificuldade do Estado para lidar com o atendimento das crianças de zero a seis anos (atualmente, cinco anos) e mais especificamente as de zero a três anos, até porque como um direito social, a educação custa caro (CURY, 1998) e, como não é de matrícula obrigatória, precisa ser reivindicada constantemente por aqueles que a ela recorrem. Atualmente, muitos ainda são os desafios para consolidar o direito e expansão da oferta de EI com qualidade. O Município de Curitiba, por exemplo, destaca, na Deliberação n. 02/2014 que trata as normas e os princípios para a EI na rede de ensino do Paraná, os seguintes:

---

<sup>2</sup> Para ler sobre o segmento creche em termos de iniciativas, leis e políticas em Curitiba-PR, conferir subseção 4.1.

a ampliação do financiamento; a organização dos sistemas municipais; a articulação dessa etapa com as demais da Educação Básica e com as políticas sociais voltadas à mesma faixa etária; a formação dos profissionais da educação e resolução de problemas relativos à carreira; as precárias condições das creches comunitárias não transferidas para as redes municipais de educação. (PARANÁ, 2014, p. 16).

No contexto das dificuldades apresentadas, percebe-se o estímulo a uma política de atendimento assentada no conveniamento de instituições educacionais privadas sem fins lucrativos para o atendimento desta parcela da população. Assim, por mais que seja dever do Estado a oferta e a expansão de sua rede pública de ensino, fica claro que a política de conveniamento é uma realidade na maioria dos municípios que tende a assegurar o “atendimento a um número significativo de crianças, em geral, da população pobre e vulnerabilizada.” (BRASIL, 2009b, p. 7).

Para tratar da demanda e da oferta para a EI, especificamente no segmento da creche, considera-se o número de estabelecimentos educacionais e o número de matrículas para esse segmento a nível nacional.

Segundo dados do Laboratório de Dados Educacionais elaborados a partir dos microdados do Censo Escolar/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2018, havia 69.745 estabelecimentos educacionais que ofertam creche no Brasil. Nestes, estavam matriculadas 3.587.292 crianças, sendo 2.352.032 (65,56%) em instituições públicas e 1.235.260 (34,43%) em instituições privadas. Da rede privada, 594.864 (16,58%) equivaliam a instituições privadas conveniadas. As redes municipais eram responsáveis pela maioria das matrículas públicas (99,78%), o equivalente a 2.346.934 alunos, seguida pela rede estadual, que atende a 0,16% do total, 3.915 alunos. A rede federal, com 1.183 matrículas, participa com 0,05% do total.

Ao observar os números com relação às regiões, de acordo com o relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE elaborado pelo Inep (2018), confirma-se que ainda existem fortes desigualdades quanto ao acesso à creche no Brasil. A região Norte apresentou a mais baixa cobertura de atendimento (15,8%) do país, seguida das regiões Centro-Oeste (26,1%) e Nordeste (28,8%). Por fim, as regiões Sul e Sudeste atenderam 39,2% e 37,5% respectivamente, destacando-se no cenário nacional. No Paraná, por exemplo, essa taxa de atendimento chega a 36,8% (BRASIL, 2018, p. 20).

Apesar de o estado do Paraná apresentar um cenário crescente de atendimento na educação infantil, faz-se necessário analisar a opção pelo atendimento em instituições privadas conveniadas com o poder público, tema a ser tratado na subseção 2.3.

## 2.3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta subseção revisa a legislação que dá suporte a atuação de entidades privadas na educação básica, bem como ao repasse de recursos públicos para alguns tipos de entidades. Ademais, trata de como se dá a destinação dos recursos da educação infantil para os Centros de Educação Infantil (CEI) contratados, levantando a discussão sobre o lugar do financiamento por meio de recursos provenientes da União e os recursos provenientes do município.

Atualmente, a EB é financiada a partir da colaboração entre estados, municípios, Distrito Federal e União. Conforme previsto nos artigos 212 da CF/88 e 69 da LDB, a União deve aplicar no mínimo 18% da receita resultante de impostos para o financiamento da educação, ao passo que estados, Distrito Federal e municípios devem destinar no mínimo 25%. Como será visto com mais detalhes adiante, 20% de alguns recursos de impostos e transferências dos estados e municípios são subvinculados e redistribuídos no âmbito de cada estado da federação pelo Fundeb. A União complementa em 10% o montante nacional subvinculado por estados e municípios e repassa aos estados que não atingiram o valor mínimo nacional. Além dos recursos vinculados, a Contribuição Social do Salário Educação<sup>3</sup> também é fonte adicional de financiamento da EB.

Sobre a política de conveniamento com instituições privadas sem fins lucrativos, isto é, do terceiro setor, lê-se já no texto da CF/88:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

---

<sup>3</sup> Conferir CF/88 Art. 212, 5º parágrafo e o sítio <[fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao](http://fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao)> para maior aprofundamento.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei n. 9394 de 1996) no art. 19 classifica as instituições de ensino dos diferentes níveis nas seguintes categorias administrativas: "I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado".

Na mesma lei no art. 20 as instituições privadas de ensino integram-se nas seguintes categorias:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV – filantrópicas, na forma da lei.

As instituições particulares configuram-se em instituições educacionais com fins lucrativos e as comunitárias, confessionais e filantrópicas são consideradas sem fins lucrativos, pois os recursos recebidos devem ser aplicados no objetivo social daquela instituição, nunca para obter lucro.

No período de 1996 a 2002, durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em virtude das reformas de caráter neoliberal promovidas por este governo, houve um “fortalecimento das relações público-privado e do estabelecimento do público ‘não estatal’, diminuindo-se, assim, a ação do Estado na oferta direta de serviços e bens sociais tais como educação e saúde” (CORRÊA, 2011, p. 21, ênfase no original), corroborando o esvaziamento da política social de oferta pública e gratuita de educação recém-conquistada, o abandono do dever do Estado nas mãos dos indivíduos e a intensificação da presença do segundo e do terceiro setor no setor público. É no contexto de abertura à iniciativa privada que acontece a criação e aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



O Fundef foi instituído pela EC n.º 14, de setembro de 1996, regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, sendo efetivado em nível nacional somente após dois anos, em 1998. Este fundo foi criado para afirmar uma subvinculação dos recursos da educação para o EF, bem como para assegurar melhor distribuição desses recursos. De natureza contábil, cada estado e cada município recebia o equivalente ao número de alunos matriculados na sua rede pública do EF. Em suma, esse fundo destinava recursos financeiros somente para o EF por meio de um valor mínimo nacional por aluno/ano, diferenciado para os alunos de 1ª à 4ª série e para os da 5ª à 8ª série e Educação Especial Fundamental. O Fundef, em seu artigo 3, inciso 9, permitia que estados e municípios firmassem convênios “para transferência de alunos, recursos humanos, materiais, encargos financeiros”. Para tanto, previa a transferência de recursos do fundo de acordo com o número de matrículas. Ou seja, o repasse para instituições conveniadas era possível e legal.

Outra medida que deve ser considerada para o favorecimento da iniciativa privada quanto ao atendimento na creche foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000), que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal” (BRASIL, 2000). De acordo com Corrêa (2011), esta Lei teve repercussões negativas para a educação em geral e, de modo especial, para a EI.

No art. 19 da referida Lei, é “a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida” (BRASIL, 2000), que, para estados e municípios, ficou definido em 60%. Esta regulação dos gastos para a educação, consoante Corrêa (2011), impulsionou, nos municípios, a busca por alternativas mais baratas aos cofres públicos, o que impactou principalmente a contratação de profissionais, comprometendo a qualidade da oferta da EI.

Observando essas duas medidas – Fundef e LRF –, é possível sugerir que o cenário brasileiro se tornou favorável à privatização quanto ao atendimento educacional, em especial, na creche (CORRÊA, 2011), o que não quer dizer que a relação entre o público e o privado inexistisse antes da CF/88 ou mesmo da aprovação das medidas mencionadas. Esta relação é de longa data e vem se modificando com o passar do tempo; o que acontece hoje é o fortalecimento e o crescimento do setor privado no setor público. Daí a preocupação no que diz

respeito à oferta de educação obrigatória, pública, gratuita e de qualidade e, em um contexto mais amplo, às políticas sociais e à própria democracia no Brasil (ADRIÃO, PERONI, 2009).

No período compreendido entre 2003 a 2010, houve iniciativas que buscaram “recuperar o papel protagonista do Estado federal como promotor de políticas para o setor, bem como [...] tentativas de correções de distorções naturais” em um país tão diverso e imenso como o Brasil. (OLIVEIRA, D. 2009, p. 207). Dentre as iniciativas passíveis de serem consideradas avanços, observam-se a defesa do MEC com vistas a regulamentar o piso salarial dos professores de EB e, no que concerne ao financiamento da educação básica, a aprovação e instituição do Fundeb em 2007.

Outras iniciativas, contudo, são vistas como adequações do programa de governo FHC. Dois exemplos são a transformação do programa assistencialista Bolsa Escola para o Bolsa Família e a continuidade de ações de cunho neoliberal em todas as etapas da EB, incluindo-se aí a celebração de convênios com o setor privado para a oferta de educação, que deveria ser direito de todos e dever do Estado. (CORRÊA, 2011, OLIVEIRA, D. 2009).

Nos termos de Dalila Oliveira (2009, p. 208),

Ao mesmo tempo em que assiste, na matéria educativa, à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional [...].

Em relação ao que se considera o maior avanço deste governo, o Fundeb, aprovado sob a Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007), regulamentado pelo Decreto nº 6.253/2007, foi criado para redistribuir recursos destinados à EB, de acordo com o número de vagas atendido pela rede estadual e redes municipais em cada estado da federação. O fundo contempla a valorização e a formação dos professores (com previsão de um percentual mínimo (60%) para pagamento de salário de professores) e o financiamento de todas as etapas da EB, ou seja, desde EI, EF, EM até as modalidades como Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional. A vigência do Fundeb está prevista até 2020, conforme prevê a EC nº 53 de 2006.

O quadro a seguir expõe os percentuais e as origens dos recursos para a composição do fundo.

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DO FUNDEB

UFS	ORIGEM DOS RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO FUNDO			
		2007	2008	2009	2010 a 2020
Estados, Municípios e Distrito Federal	FPE, FPM, ICMS, IPlexp e Lei Kandir	16,66%	18,33%	20%	20%
	ITCM, IPVA, ITR	6,66%	13,33%	20%	20%
União	Complementação da União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	10% da contribuição total de Estados, Municípios e DF.

FONTE: Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, EC 14/1996 e EC 53/2006.

Quanto à distribuição desses recursos, conforme a lei do Fundeb,

Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei.

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas: (Redação dada pela Lei nº 12.695, de 2012)

I - na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos [...] (Incluído pela Lei nº 12.695, de 2012)

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de orientar e esclarecer as Secretarias Municipais de Educação e os Conselhos de Educação quanto à construção da política de conveniamento com instituições privadas, sem fins lucrativos, comunitárias, filantrópicas e confessionais, em especial aos repasses desses recursos, para o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade. Este texto foi divulgado em 2009 e contou com a participação e contribuição de diversas entidades (BRASIL, 2009, p. 7-8).

Com relação às creches e às pré-escolas, o Fundeb prevê a destinação de recursos públicos para instituições de educação infantil comunitárias, de cunho filantrópico ou confessional, que não tenham fins lucrativos. As instituições

conveniadas entram nessa categoria. Por conveniadas, o município de Curitiba, em sua Lei orgânica nº 12.090/2006, entende aquelas “instituições privadas que mantêm com o Poder Público Municipal instrumento de colaboração para o desenvolvimento de suas atividades” (CURITIBA, 2006).

Nesse sentido, as matrículas da educação infantil informadas no Censo escolar como conveniadas com o Poder Público passaram a ser consideradas na distribuição dos recursos do Fundeb. No que concerne aos valores por aluno fixados de acordo com as matrículas, o texto da Lei 11.494/2007 indica que:

2º Na fixação dos valores a partir do 2º (segundo) ano de vigência do Fundeb, as ponderações entre as matrículas da educação infantil seguirão, no mínimo, as seguintes pontuações:

- I - creche pública em tempo integral - 1,10 (um inteiro e dez centésimos);
- II - creche pública em tempo parcial - 0,80 (oitenta centésimos);
- III - creche conveniada em tempo integral - 0,95 (noventa e cinco centésimos).

As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos – e aqui adiciona-se conveniadas com o Poder Público – devem obrigatoriamente corresponder ao disposto no art. 15 do Decreto federal nº 6.253, de 13/11/2007, que estabelece:

- I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos, vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra cobrança;
- II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros no atendimento em creches, na pré-escola ou na educação especial, conforme o caso, observado o disposto no inciso I;
- III - assegurar, no caso do encerramento de suas atividades, a destinação de seu patrimônio ao poder público ou a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional que realize atendimento em creches, na pré-escola ou na educação especial, em observância ao disposto no inciso I;
- IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos; e
- V - ter certificação como entidade beneficente de assistência social, na forma da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto no § 3º. (Redação dada pelo Decreto nº 8.242, de 2014).

Na redação dos critérios acima mencionados, há algumas especificações a serem observadas pelas instituições conveniadas escritas em forma de parágrafos. Estas incluem a definição de critérios “objetivos e transparentes, condizentes com os adotados pela rede pública” e o estabelecimento de princípios para a definição dos padrões de qualidade da educação, quais sejam: “I - continuidade do atendimento às crianças; II - acompanhamento e avaliação permanentes das instituições conveniadas; e III - revisão periódica dos critérios utilizados para o estabelecimento do padrão mínimo de qualidade das creches e pré-escolas conveniadas.”

Para atender toda a demanda de matrículas em creches e pré-escolas, os municípios, diante de seu comprometimento no atendimento, devem expandir sua rede própria. Mesmo assim, é uma realidade – e, ao que tudo indica, continuará sendo – a celebração de convênios entre o Poder Público e o terceiro setor:

[...] mesmo estando claro que a obrigação do Estado com a educação Infantil deve ser efetiva pela expansão da rede pública, o convênio entre o Poder Público e instituições educacionais sem fins lucrativos foi e é uma realidade que assegura, na maioria dos municípios, o atendimento a um número significativo de crianças, em geral, da população pobre e vulnerabilizada. (BRASIL, 2009b, p. 7).

Em relação à distribuição de recursos do Fundeb para instituições conveniadas com o município (sejam elas comunitárias, confessionais ou filantrópicas), há transferência direta desse recurso para o Município, que, por meio do Poder Executivo, repassa esses valores para as instituições que firmaram convênio. Esses recursos devem ser aplicados em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, observando-se o disposto na LDB. Sobre a destinação dos recursos, vale ressaltar que o mínimo de 60% (podendo ser até 100%) dos recursos repassados às instituições de ensino básico deve ser destinado ao pagamento dos profissionais do magistério em exercício e o restante, de até 40%, deverá ser aplicado em outras ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública. Com as instituições conveniadas não é diferente: o valor repassado pelo Município e já previsto em contrato é referente à parcela de 40% do Fundeb e deve ser aplicado exclusivamente nessas ações e os dirigentes das instituições conveniadas ficam responsáveis pela prestação de contas (Brasil, 2009b).

No entanto, Oliveira e Borghi (2013, p. 157) apontam que o Fundeb “pode e está contribuindo com a consolidação e aprofundamento de convênios entre o setor público e privado, por permitir a inclusão das instituições privadas conveniadas no mecanismo de distribuição dos recursos”, por mais que o documento do MEC especifique que esses recursos devam ser utilizados somente em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para as autoras e concordando com Oliveira (2000 apud OLIVEIRA; BORGHI, 2013, p. 161), “a alocação de recursos públicos à esfera privada não significa solução para os problemas educacionais”. Na verdade, é reconhecida enquanto uma estratégia ligada ao projeto neoliberal de redução do aparelho do Estado, incluído os gastos, no que se refere às políticas sociais. Em seus estudos, por exemplo, o conveniamento tem sido apontado como escolha por gestores municipais uma vez que o valor repassado por criança tende a ser inferior ao repassado ao estabelecimento próprio, demonstrando uma economia com a oferta de educação. Assim, a partir dos casos estudados, existe uma tendência de ampliação da oferta de EI por meio da rede privada de ensino a partir de convênios (OLIVEIRA; BORGHI, 2013).

Por fim, ainda no que concerne ao financiamento da educação, o PNE (2014-2024) avança na discussão, indicando que o montante destinado não é suficiente para atender aos critérios de qualidade no atendimento. Em suas diretrizes, há a indicação explícita da “melhoria da qualidade da educação” e do “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade” (art. 2).

Por esse motivo, na Meta 20 desse plano, enfatiza-se a necessidade de “ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do País” em 2019 “e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB” em 2024 (BRASIL, 2014). Expandir a educação pública com qualidade, garantindo a entrada e a permanência de alunos nas várias etapas e modalidades de ensino e a redução das desigualdades educacionais, exige investimento. Para atingir essa Meta, o documento lança mão de doze estratégias, dentre elas a implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi)

O CAQi é estabelecido na Lei do PNE para ser tomado como referência de valores para o financiamento da educação. O CAQ que deveria ter sido implantado até 2016, é calculado a partir de um conjunto de parâmetros de condições de oferta que abrange desde investimentos em formação e remuneração dos profissionais da educação pública, até investimentos em “aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar” (BRASIL, 2014). Como um custo padrão, o CAQi indica o custo necessário (ideal) para a oferta de uma educação de qualidade.

Apesar de figurar no PNE, o prazo para implementar o CAQi expirou em 2016 e para implementar o CAQ expirou em 2017. Isso se deve, em boa parte, pela disputa política em torno do montante de recursos públicos que deve destinado para o financiamento da educação básica e de como deve ser a participação de municípios, estados e da União na composição das receitas para a educação básica. Os valores do CAQi para 2019 publicados pelo Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ)<sup>4</sup>, a partir de uma proposta de parâmetros que compõem um Padrão de Qualidade de Referência (PQR) nacional, estão apresentados na Tabela 1.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <simcaq.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 04 set. 2019. De acordo com o site, “Para operacionalizar os cálculos do Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo-Aluno Qualidade (CAQ) conforme prevê a meta 20 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), o Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ) utiliza um conjunto de parâmetros relativos aos insumos e recursos monetários denominados como Padrão de Qualidade de Referência (PQR).”

TABELA 1 – ESTIMATIVA DOS VALORES (ANO) DO CAQI, BRASIL, 2019

ETAPA	ÁREA DA LOCALIDADE	TURNO	CAQi (R\$)
Creche	Urbana	Parcial	10.622
		Integral	19.132
	Rural	Parcial	17.174
		Integral	25.450
Pré-Escola	Urbana	Parcial	6.324
		Integral	11.147
	Rural	Parcial	8.570
		Integral	17.352
Ensino Fundamental - anos iniciais	Urbana	Parcial	5.690
		Integral	7.666
	Rural	Parcial	7.833
		Integral	11.697
Ensino Fundamental - anos finais	Urbana	Parcial	5.292
		Integral	7.008
	Rural	Parcial	7.189
		Integral	10.867
Ensino Médio	Urbana	Parcial	5.329
		Integral	7.198
	Rural	Parcial	7.049
		Integral	11.720
EJA	Urbana	Parcial	5.733
	Rural	Parcial	7.717

FONTE: [www.simcaq.c3sl.ufpr.br](http://www.simcaq.c3sl.ufpr.br).

Para que esse cálculo fosse feito, levou-se em consideração um PQR, tendo como base as especificidades de cada etapa/modalidade, bem como a área de localização (urbano/rural) e a duração do turno da oferta (parcial/integral). Alguns dos parâmetros são: carga horária de ensino, proporção da oferta tempo integral, tamanho das turmas, jornada os professores, formação, remuneração e carreira de professores, composição do quadro, formação e remuneração dos funcionários da escola e formação continuada dos profissionais.

Mesmo que esses valores sejam uma proposta para o ano de 2019, tornam-se um importante parâmetro de comparação em termos numéricos para fomentar uma discussão sobre a destinação de recursos públicos para o setor privado. A título de ilustração, enquanto o SimCAQ prevê o valor por aluno/ano de R\$ 19.132 para a creche em turno integral, em área urbana, a PMC dispunha de aproximadamente R\$ 9.843,79 em 2018, o valor anual sugerido pelo Fundeb no Paraná foi de R\$



4.005,65, e o valor real repassado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) para as instituições privadas conveniadas foi de R\$ 5.318,04 para o segmento em estudo sob as mesmas condições.

Diante do exposto, haja vista a discussão sobre o repasse de recursos para a EI, principalmente levando em consideração o papel do Fundeb para o financiamento da creche em instituições conveniadas com o Poder Público, observou-se a luta para a consolidação da educação pública como um direito em diferentes governos e a partir de dispositivos diversos, ao mesmo tempo em que se assistiu à consolidação do espaço do setor privado na oferta da educação pública, especialmente da EI, por meio de dispositivos legais, como a CF/88, a LDB, o Fundeb e o PNE. Sobre isso, refletiu-se, ao final, como os documentos parametrizadores da educação ao mesmo tempo em que reivindicam o direito de todos à educação, permitem e incentivam a atuação da iniciativa privada como forma de investimento público em educação, e com isso legitimam a lógica neoliberal mercantil no sistema público. Tratou-se ainda do CAQi como indicador de qualidade da educação e como os valores previstos e praticados pelo Estado quando do financiamento da educação brasileira estão aquém do que seria necessário.

Na subseção 2.4 apresenta-se uma discussão sobre o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada a partir de estudos que problematizam a relação público-privada na EI.

## 2.4 REVISÃO DAS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para realizar o levantamento de estudos que tratam a temática relação público-privada com instituições conveniadas na oferta da educação básica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, no site do Portal de Periódicos da Capes/MEC<sup>5</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério da Educação).

---

<sup>5</sup> O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Disponível em: <<http://www.periodicos-capes.gov->

Como procedimentos para a realização desse levantamento, utilizou-se os descritores público privad\*<sup>6</sup> and educação, delimitados nos campos título e assunto respectivamente, na pesquisa do Portal de Periódicos da Capes. Optou-se pela busca de artigos publicados e revisados por pares, deixando em aberto o ano de publicação.

O critério de seleção dos trabalhos se deu pela análise dos títulos, seguida pela leitura do resumo e da introdução. Os textos que tratavam especificamente de políticas públicas de financiamento da EI e a utilização de relações público-privadas para a oferta e contratação de entidades conveniadas foram lidos na íntegra e selecionados.

A começar por Bonamino (2003), a autora aborda a relação entre o público e o privado na política de EB. Para isso, analisa a reestruturação do Estado brasileiro e procura caracterizá-la como transição de uma forma de regulação burocrática e centralizada para uma configuração de regulação composta que se ajusta no controle pelo Estado com estratégias de descentralização, autonomia e autoregulação das instâncias educacionais e das instituições escolares. Na pesquisa, a autora identifica o modo como se redesenham os novos espaços do público e do privado na EB brasileira e os analisa em articulação com os processos de descentralização e centralização (administrativa, financeira e pedagógica) que caracterizam a política educacional dos anos 1990. Bonamino (2003) parte do problema da eficácia dos mecanismos de descentralização da educação, em termos de municipalização e de participação social e aponta a necessidade de realizar estudos que revelem a capacidade real dos municípios para assumir seu novo papel na oferta de Ensino Fundamental. Como resultados, o estudo evidencia a vigência de transformações no modo como se concretiza e se faz presente o Estado e o reordenamento das relações entre o Estado, o setor privado lucrativo e o setor privado não-lucrativo no campo educacional, além de um crescimento significativo da descentralização administrativa e financeira dos serviços educativo-escolares.

Corroborando a pesquisa de Bonamino (2003) em relação à reconfiguração do Estado e do setor privado com relação à educação, Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) tratam as novas fronteiras entre o público e o privado como se configurando

---

br.ez22.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=126 > Acesso em: 02 out. 2018.

<sup>6</sup> Usa-se o sinal de asterisco no final da palavra para recuperar as variações dos sufixos.

de diversas formas, dentre elas “a alteração da propriedade (público não-estatal) e o que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos de gestão (quase-mercado)” (2009, p. 763). As autoras enfatizam que as estruturas da relação entre o terceiro setor e os sistemas públicos de ensino materializaram-se por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) que definiu as estratégias de privatização, descentralização e publicização (público não-estatal). Ao final de seu estudo, constataram que as estratégias de superação da crise do capitalismo decretaram a reforma do Estado, locus da crise, de acordo com o projeto hegemônico. Sendo o Estado “o culpado pela crise”, a lógica de mercado passou a ser vista como modelo de qualidade, inclusive para a escola, fundamentada em um novo modelo de gestão.

Na mesma linha de pensamento, Adrião e Peroni (2009) tratam das implicações das relações entre o poder público e o poder privado para a questão da desresponsabilização governamental no quadro educacional brasileiro, agravadas pós anos 1980. As autoras trazem reflexões sobre como a gestão e o conteúdo didático educacional da educação estatal são definidos, por vezes, pelo setor privado. Essa desresponsabilização tem impactos, por exemplo, na autonomia do trabalho docente e na democratização da educação.

Outra consequência resultante da crescente presença do privado no público é o aumento do número de convênios no ensino infantil no cenário brasileiro. Estudo de Borghi, Adrião e Garcia (2011) revela que nos grandes municípios do estado de São Paulo houve avanço no número de convênios no período de 1997 a 2006, inclusive de convênios com estabelecimentos privados com fins lucrativos. Esses convênios se caracterizaram por uma mudança na tendência anterior, que era de estabelecer uma contribuição fixa à instituição ou fornecer funcionários e/ou imóveis, etc., para uma nova prática de efetuar o pagamento a partir de subsídios *per capita*, bem como a mudança na nomenclatura, utilizando-se o termo “concessão” para regulamentar a relação com essas instituições. A adoção destas práticas justifica-se pelo atendimento da grande necessidade de vagas e pelo baixo custo de manutenção, se comparado aos custos com a manutenção de unidades próprias.

Em estudo efetuado em seis capitais brasileiras, utilizando o recorte temporal de 2008 e 2009 para o financiamento da EI municipal e para o atendimento das matrículas, respectivamente, Bassi (2011) apresenta as possíveis implicações desse tipo de relação em termos de descompromisso de investimento do Estado na

ampliação de sua rede própria devido ao baixo custo envolvido na manutenção do convênio e, como ressalvado pelo autor, oferecendo um atendimento precário. Uma possível explicação para a referida precariedade seria porque não há um parâmetro estabelecido para as instituições conveniadas no que diz respeito ao CAQi. Assim, as desigualdades nos valores dos gastos por aluno se fazem visíveis tanto quando se compara as capitais, quando se compara o atendimento público e o privado.

Ademais, o autor demonstra dois movimentos que ocorrem de maneira simultânea nos municípios estudados (Belém, Teresina, Fortaleza, Campo Grande, Florianópolis e Rio de Janeiro): 1) horizontal, que indica a transferência de matrículas das Secretarias de Assistência Social para as Secretarias de Educação; e 2) vertical, que integra as crianças de seis anos (e, em alguns casos, até mesmo as de cinco) antes pertencentes à EI ao EF.

Alguns resultados indicam que os recursos para o financiamento da educação brasileira são insuficientes para atender as demandas que são colocadas, neste caso, aos municípios, e que urge uma redistribuição de recursos entre estados e municípios de maneira a atender aos direitos da população no que se refere sobretudo à educação.

Ainda, em termos de repasse do dinheiro público a instituições privadas, Pires (2012) analisa a relação público-privada e a promoção do direito à educação e compreende as origens da relação entre a esfera do poder público e do privado por meio da construção do Estado brasileiro. Utilizando uma abordagem qualitativa e documental, a autora relaciona o neoliberalismo e a orientação da Terceira Via com estratégias do Terceiro Setor dando estímulos às relações público-privadas. Nesse contexto, como já discutido por Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), a autora indica que as políticas públicas para a educação que deixam de ser realizadas exclusivamente pelo Estado passam a ser realizadas também pelo setor privado, transmitindo uma lógica de mercado, de competição, de mercantilização, afastando-se da gestão democrática conquistada pela CF/88.

Seguindo o tema do conveniamento, as autoras Oliveira e Borghi (2013) apresentam um mapeamento dos convênios entre o poder público municipal e a esfera privada para a oferta de vagas na EI em municípios paulistas de maior porte populacional (aqueles que apresentam de 100.001 a 500.000 habitantes). Por meio de entrevistas com os gestores municipais e da busca em sites oficiais dos municípios e sites governamentais, as autoras almejam identificar diferentes

arranjos institucionais entre o poder público municipal e as instituições privadas. Resultados indicam que 30 dos 54 municípios paulistas de grande porte pesquisados recorrem ao atendimento conveniado como forma de atender a demanda local. Este convênio acontece até mesmo com instituições de finalidade lucrativa, chamadas de terceiro setor, diferenciando-se das tradicionais formas de convênios instituídas na educação infantil, no caso com instituições sem fins lucrativos.

As principais considerações revelaram que, desses municípios, 55% recorreram ao atendimento conveniado como justificativa para atender a demanda local que excedia sua capacidade de atendimento. Ademais, as autoras observaram que, entre 2009 e 2010, 50% dos municípios repassaram um valor *per capita*, 30% repassaram um valor *per capita* mais algum outro tipo de benefício<sup>7</sup> e 20% não adotaram o valor *per capita*, mas um valor fechado repassado à instituição parceira independentemente do número de alunos matriculados no âmbito do convênio. Neste contexto, os valores *per capita* praticados pelos municípios eram fixados, em uns, pelo executivo municipal; em outros, pela Câmara dos Vereadores, isto é, pelo Poder Legislativo; e, em outros, pela própria Secretaria Municipal de Educação.

Diante dos dados mencionados, os resultados evidenciaram uma diferenciação entre os tradicionais convênios com instituições privadas sem fins lucrativos (que podem receber verbas do Fundeb) e os novos convênios realizados com instituições privadas com fins lucrativos, como foi o caso de um município que possui creches conveniadas e creches subvencionadas, ou seja, que podem cobrar das famílias uma mensalidade. Essa pesquisa apontou a importância de realizar novos estudos sobre essa problemática, “tendo em vista que o Fundeb incentiva a política de ampliação de vagas por convênios, o que acaba levando alguns municípios a subvencionar instituições privadas com fins lucrativos” (OLIVEIRA; BORGHI, 2013, p. 164).

Quanto à relação entre os sistemas públicos e as instituições do Terceiro Setor, Peroni et al. (2013) apresentam casos brasileiros dentro do projeto “Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor: Brasil, Argentina, Portugal e

---

<sup>7</sup> Conforme as autoras (2013, p. 159), há outros tipos de benefícios repassados a instituições conveniadas além do valor *per capita*: Verba PNAE; pagamento dos professores; merenda; material de limpeza; material pedagógico; ajuda de custo; manutenção do prédio; pagamento dos funcionários; água; luz e telefone.

Inglaterra – implicações para a democratização da educação”, contextualizando o cenário dessas parcerias e as implicações para a democratização da educação de diferentes países que vivem particularmente esse processo. Peroni et al. (2013) consideram que essas parcerias utilizam a lógica mercantil e podem de alguma forma interferir na desejada qualidade da educação. As autoras também apontam que, a partir da lógica capitalista, a educação passa a ter um cunho privatista, uma vez que os princípios se baseiam na eficiência, na competitividade e na busca de resultados. Concluem que a partir do fortalecimento do terceiro setor, o setor privado acaba influenciando o setor público na execução de sua política, determinando assim o seu conteúdo e a gestão da educação. (PERONI et al., 2013; PERONI; CAETANO, 2015).

Em estudos mais recentes, ao tratar da relação público-privada na EB, Araújo (2015) destaca que este é um debate antigo de teor polêmico tratado no âmbito das políticas educacionais, no que se refere à destinação de recursos públicos para as escolas privadas sem fins lucrativos. De acordo com esse autor, a redação da CF/88 abre precedentes para que o setor privado atue na prestação de serviços na EB. Em suas palavras, “[...] os dados censitários mostram que é forte a presença do setor, com destaque para uma parcela de instituições que sobrevivem às custas de repasse de recursos públicos para a manutenção das vagas por elas oferecidas” (ARAÚJO, 2015, p. 1). Observa, ainda, que a redação das leis, por exemplo, a LDB, é “ambígua e maleável”, pois permite que as instituições privadas se adequem aos seus preceitos com o intuito de se credenciar para receber recursos públicos. Desse modo, a CF/88, LDB e Fundeb, que garante o investimento em educação, promovem também uma abertura para que relações com entidades privadas sejam estabelecidas. Referindo-se ao grande número de escolas conveniadas para atender à demanda dos municípios e corroborando estudo de Bassi (2011), o autor salienta ainda que “ao contrário do que era esperado, é nas capitais que encontramos as situações que mais contrariam a conquista da educação como direito de todos e dever do Estado” (ARAÚJO, 2015, p.1).

Em sua análise diante dos termos constitucionais, Araújo (2015) aponta que a dupla movimentação com cenário de publicização do público acontece de forma combinada, em que o caráter privatista com sua hegemonia é resultante da ampliação de suas funções com a subvenção dada pelo poder público, e alerta: “Em que pese salvaguardas presentes no PNE, os programas federais e mudanças

legais são fortes sinalizações de que parcelas maiores da oferta educacional poderão ser ocupadas pelo setor privado na próxima década” (ARAÚJO, 2015, p. 1). Araújo (2015) também reconhece que a destinação gradativa dos recursos públicos para o setor privado concentra-se no aspecto de redirecionar o papel do Estado, corroborando o pensamento de Peroni (2010), que salienta esse redirecionamento por meio de dupla movimentação: a primeira é a alteração da propriedade, em que o estatal dá passagem para o público não-estatal ou privado e a segunda refere-se ao fato de permanecer a propriedade estatal, porém reorganizando seus processos de gestão para uma lógica de mercado.

Borghi e Bertagna (2016) reiteram a discussão sendo realizada sobre a crescente atuação do setor privado no atendimento à EI, de modo a buscarem apontar algumas causas para o conveniamento. Para isso, realizaram um estudo referente ao atendimento conveniado na EI nos municípios brasileiros com intuito de discutir a atuação do setor privado na oferta desse segmento. Além de estudo bibliográfico, realizaram também um levantamento do número de matrículas conveniadas na EI referente ao ano de 2013. Os dados do Inep (2015) evidenciaram, por exemplo, que as regiões Sul (32%) e Sudeste (28,3%) são as que possuem a maior porcentagem de atendimento em creches do país em matrículas conveniadas. As autoras apontam também que a crescente recorrência ao Ministério Público para que se cumpra a exigibilidade de oferta de ensino público para esses sujeitos é um dos motivos que justifica a grande recorrência a esse tipo de relação para atender a demanda por vagas nessas regiões.

Um exemplo da atuação do setor privado na EI pública relacionado à lógica neoliberal no ensino é demonstrado pela pesquisa de Peroni e Comerlatto (2017). Com o objetivo de verificar a relação entre sistemas públicos de EB (escolas de ensino fundamental) e o Instituto Ayrton Senna de modo a analisar as implicações para a democratização da educação, a partir da adesão ao Programa Gestão Nota 10 (sua proposta é embasada em indicadores e metas a serem realizadas pelas escolas e secretaria da educação), as autoras se propuseram a analisar a relação público-privada e a problematizar a relação entre escolas e instituições privadas para a democratização da educação pública no Brasil, utilizando entrevistas e observações junto às escolas como instrumentos de coleta de dados. Para além disso, as autoras analisam as relações entre esse período particular de crise

estrutural do modelo capitalista e da inserção da lógica do setor privado na promoção da educação pública, redefinindo, assim, a concepção de democracia.

A pesquisa revelou que o privado (o instituto) passa a ser um parâmetro de qualidade, por meio da propagação de valores como concorrência, competitividade e meritocracia, resultado já evidenciado em outras pesquisas (ADRIÃO; PERONI, 2009, PERONI, 2010, PERONI et al., 2013, ARAÚJO, 2015). Como consequência, os sistemas de ensino passaram a definir suas atividades de acordo com as determinações efetuadas pelo Instituto Ayrton Senna, tanto na área de gestão como na área pedagógica, com implicações para o processo de construção da democracia nas escolas.

Para finalizar, Tripodi e Sousa (2018) discutem a tendência crescente nos últimos 30 anos de medidas privatizantes tanto de governos conservadores quanto daqueles considerados progressistas, não só no Brasil, mas também como um padrão de política pública na área da educação que tem sido seguido globalmente. Ressaltam as autoras que, no Brasil, no período compreendido entre 2006 e 2014, não houve a tentativa de descontinuar as orientações que vinham sendo tomadas desde meados dos anos 1990 no que se refere à interação entre o Estado e iniciativas não estatais, o que se traduziu no incentivo às relações público-privadas pela administração pública. As autoras consideram ainda dois movimentos ocorrendo de maneira simultânea: o primeiro procura apropriar-se e adaptar práticas de gerenciamento do setor privado à administração estatal e o segundo trata da cessão de serviços da esfera pública para instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

Todos os autores elencados nesta subseção dialogaram no sentido de se mostrarem contrários à interferência do setor privado no setor público, bem como à consequente desresponsabilização do Estado com relação à oferta, à manutenção e à garantia de políticas educacionais voltadas à escolarização básica, inclusive à educação infantil (em termos de pré-escola).

No que diz respeito às implicações da entrada da lógica neoliberal no sistema educacional público, percebeu-se que os autores, em seus diferentes contextos de pesquisa, corroboram a percepção de que o modelo de instituição privada está sendo tomado como um modelo a ser seguido (PERONI et al., 2013) e essa percepção pode, de alguma forma, interferir na desejada qualidade (na oferta e na ampliação) da educação pública.



Alguns dos motivos citados para justificar o conveniamento foram o baixo custo para a manutenção do convênio, a falta de espaço físico próprio para expandir sua rede, a insuficiência de recursos, a rapidez e a qualidade do atendimento do setor privado (OLIVEIRA, BORGHI, 2013, BASSI, 2011).

Por um lado, o conveniamento foi uma medida conveniente no sentido de atender uma demanda posta que não pôde ser suprida pelo município. Por outro, implicou ora na precarização do atendimento, ora no descompromisso do Estado em desenvolver e ampliar sua rede própria, ora no fortalecimento da presença do privado no público. (PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009, BORGHI, ADRIÃO, GARCIA, 2011, OLIVEIRA; BORGHI, 2013, BASSI, 2011, ARAÚJO, 2015, dentre outros).

Após balanço dos estudos já realizados, será discutido o papel do conveniamento da EI a partir do caso de uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, com o intuito de descrever como é realizada a efetivação dos contratos, os critérios e os recursos recebidos para cumprir com os parâmetros impostos em lei.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que operacionalizaram a consecução dos objetivos desse trabalho, que foram: a) analisar a política de credenciamento e contratação das entidades privadas de EI por meio de documentos, editais e decretos; e b) avaliar as condições de oferta da EI e os mecanismos de financiamento de entidades contratadas.

Para compreender os diversos aspectos do financiamento das creches conveniadas em Curitiba de forma mais aprofundada foi analisado um CEI. A ênfase do método qualitativo deu-se na exploração, descrição e análise do funcionamento do CEI em interação com seus diversos atores e variáveis para maior compreensão do financiamento da educação infantil no Brasil (como surge, como se apresenta, como acontece o repasse, a quem serve, quem é beneficiado, entre outras). Assim, em termos de classificação, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de abordagem descritiva.

Em termos de espaço e de tempo, a pesquisa foi realizada na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, com foco no segmento creche ofertado por uma instituição filantrópica privada conveniada com a PMC. A unidade de análise foi selecionada devido sua acessibilidade. Esta possui uma mantenedora, também localizada no município de Curitiba-PR. O recorte temporal considerado para análise foi o ano de 2018.

#### 3.1 TÉCNICAS DE PESQUISA

Como técnicas de pesquisa, utilizou-se pesquisa bibliográfica para a construção da revisão da literatura sobre a relação público-privada nas instituições de educação infantil no Brasil e pesquisa documental para compreender como ocorre o financiamento dos CEI em Curitiba por meio da análise dos documentos (editais, leis, decretos, parâmetros) disponibilizados pela PMC.

Quanto às fontes de dados quantitativos, utilizou-se o Censo Escolar/INEP 2013-2018 disponibilizado pelo Laboratório de Dados Educacionais (LDE)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br](http://www.dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br)

Ademais, realizaram-se duas entrevistas semiestruturadas com a Gerência dos CEI contratados e com o assessor executivo do Setor de Finanças de Curitiba nos dias 06 de dezembro de 2018 e 19 de dezembro de 2019, na SME, duas entrevistas semiestruturadas com a direção do CEI contratado nos dias 18 de dezembro de 2018 e 23 de agosto de 2019 e uma entrevista semiestruturada com a mãe de uma criança atendida pelo CEI em análise no dia 26 de agosto de 2019. As perguntas estão descritas nos Apêndices 2, 3 e 4.

Ainda, fez-se visitas *in loco* no CEI contratado nos turnos matutino e noturno, quando da entrada e saída das crianças, nos dias 18 de dezembro de 2018 e 23 de agosto de 2019 por aproximadamente 90 minutos em cada visita para que se fizesse possível compreender seu funcionamento e estrutura. Nestas visitas, observou-se a condição estrutural do prédio, visitou-se todas as salas do Centro, tomou-se notas de todos os equipamentos e móveis disponíveis e também se registrou esses espaços em fotos que, para que não se possa identificar a unidade de análise, não tiveram autorização para serem disponibilizadas.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em um primeiro momento, observou-se a rede de ensino no município como um todo. Para isso, descreveu-se a oferta de creche em Curitiba tendo como base a série histórica (2013 a 2018) do número de instituições que ofertam esse segmento e do número de matrículas, contrastando-se a oferta da rede municipal e das instituições privadas conveniadas. Posteriormente, descreveu-se o marco regulatório das instituições contratadas no município, bem como o processo de operacionalização de repasse de recursos públicos para as instituições privadas contratadas (edital de contratação e decreto). Indicou-se ainda como ocorreu a destinação de recursos para a educação no município e como se deu o financiamento da rede própria e da instituição contratada na série histórica, com foco no recorte temporal da dissertação. Também foi analisado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do município de Curitiba em 2018 para compreender a composição das receitas para educação e as despesas realizadas em MDE e, assim, situar o financiamento dos CEI contratados no quadro geral de financiamento da educação básica no município.

Em um segundo momento, observou-se a instituição analisada. Para isso, contextualizou-se a unidade de análise observando-se o direito à educação infantil no município em termos históricos, e descreveu-se o CEI enfatizando-se elementos como objetivos, metas, funcionamento e estrutura, para citar alguns.

Ainda, analisou-se o funcionamento da unidade contratada a partir da descrição das fontes de receitas (prefeitura, mantenedora e famílias) em termos de valores, mecanismos de financiamento e fiscalização, periodicidade e das fontes de despesas do CEI em questão. Por fim, empreendeu-se uma avaliação da adequação do CEI aos parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 02/2012 e pelos Parâmetros e Indicadores para os CEI do município (CURITIBA, 2011).

É importante ressaltar que o delineamento da pesquisa não visa à generalização dos resultados para o conjunto das instituições da cidade. Igualmente, a percepção da família entrevistada pode não ser representativa da opinião das famílias responsáveis pelas crianças do CEI analisado.

O Quadro 2 descreve esses objetivos e procedimentos metodológicos bem como as fontes dos dados. Vale destacar algumas limitações em virtude do tipo de pesquisa, bem como das dificuldades que foram encontradas ao longo do percurso de elaboração, condução e escrita da pesquisa/dissertação. Não foi possível analisar em detalhes a estrutura do financiamento da instituição (com acesso a documentos contábeis-financeiros, por exemplo). Isso também foi prejudicado em virtude do falecimento de uma funcionária da área administrativa no período de coleta de dados, houve maior dificuldade para a obtenção dos dados, principalmente de todos os valores que possibilitassem o cálculo do custo-aluno e do gasto-aluno da instituição pesquisada e a composição do financiamento com o demonstrativo completo dos valores repassados pela PMC, pela mantenedora e pelas famílias. Essas dificuldades, contudo, não invalidam as discussões trazidas nas linhas do texto. Ao contrário, fomentam a pesquisa em outros espaços e contribuem para a área de Políticas Educacionais em sua interseção com a relação público-privada em contexto de Brasil.

QUADRO 2 – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FONTE
a) Analisar a política de credenciamento e contratação das entidades privadas de Educação Infantil	1 Pesquisa documental sobre critérios para contratação; exigências e perfil dos CEI contratados	Contratos; Editais de credenciamento
	2 Pesquisa documental sobre repasses financeiros	Entrevista, decretos
	3 Entrevista com gestores da SME	Entrevistados
	4 Pesquisa documental sobre a relação entre PMC e contratadas	Editais de credenciamento, sites oficiais
	5 Análise do financiamento da educação básica de Curitiba (receitas e despesas)	RREO/Siope/FNDE
b) Avaliar as condições de oferta da Educação Infantil e os mecanismos de financiamentos das entidades contratadas	6 Pesquisa documental sobre as leis que regulamentam a contratação dos CEI	Contratos; documentos financeiros, relatório PNE, entrevistas e visita <i>in loco</i> .
	7 Pesquisa documental sobre o montante de recursos total e por aluno repassados	
	8 Pesquisa documental sobre os Indicadores de atendimento	
	9 Visita <i>in loco</i>	Observação
	10 Entrevista com gestores do CEI e com a mãe de uma criança	Entrevistados

FONTE: Autora (2019)

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está organizado em três seções, a saber: a oferta de creche em Curitiba, a política de credenciamento e a análise da unidade contratada. O primeiro trata da oferta do segmento creche no município de Curitiba em termos históricos, bem como em termos de caracterização do segmento levando em consideração as normas de funcionamento, o número de instituições, o número de matrículas e como o segmento é organizado no município. O segundo descreve a política de credenciamento dada nesse município por meio de Edital (vide Anexo 2) e regulamentada por decreto específico. O terceiro apresenta o CEI contratado dentro da configuração permitida pelo município e características específicas no que se refere ao financiamento e funcionamento da creche.

### 4.1 A OFERTA DE CRECHE EM CURITIBA

Em Curitiba, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2006b), o atendimento das crianças de zero a seis anos era realizado por algumas creches para atender a grande demanda para essa faixa etária. Em termos históricos, houve quatro Planos de Ação da Rede Municipal de Ensino (nos anos 1968, 1975, 1980 e 1983) que se voltaram ao atendimento da criança em idade pré-escolar.

Em 1968, a EI era entendida como fase preparatória para o EF. Assim, utilizava brincadeiras que tinham como objetivo o desenvolvimento da coordenação motora, bem como a aprendizagem de hábitos. (CURITIBA, 2006b).

Em 1975, a EI apresentava caráter compensatório. Para além do objetivo já mencionado, ela estava baseada na concepção de criança com “carências a serem cumpridas” (CURITIBA, 2006b, p. 3). Em 1976, de acordo com as Diretrizes, o Poder Público Municipal deu início à construção de creches “no plano de desfavelamento e relocação das famílias para conjuntos habitacionais na periferia da cidade” (CURITIBA, 2006b, p. 4). Como resultado dessa ação, após três anos já haviam sido construídas 10 creches que almejavam atender crianças de zero a seis anos perante a necessidade da inserção das mães com dificuldades socioeconômicas e com número elevado de filhos no mercado de trabalho. Assim, em 1979, das 59 escolas

municipais existentes, 34 ofereciam turmas de pré-escola, que acolhiam crianças de 5 e 6 anos. (CURITIBA, 2006b).

Diante do cenário descrito, o atendimento em creche, como já destacado na subseção 2.2, estava centrado na guarda dessas crianças como forma de evitar sua marginalização na sociedade. As condições ofertadas, contudo, não eram adequadas: os recursos eram insuficientes; não havia professores para suprir toda a demanda, o que fazia com que atuassem em mais de uma turma por dia; as turmas funcionavam em dias alternados; e as crianças frequentavam a escola duas vezes por semana (CURITIBA, 2006b).

O cenário começou a se modificar na década de 1980. Nesta época, a PMC ampliou sua rede educacional, inclusive o número de creches, a partir da definição de critérios e parâmetros. A ótica de atendimento, contudo, permaneceu visando ao cuidado, com foco assistencial. (CURITIBA, 2006b).

Na tentativa de assumir um papel mais educativo do que assistencialista, a PMC criou dois programas, quais sejam: o Programa de Estimulação Essencial e o Programa de Educação Pré-Escolar. O primeiro era voltado a crianças de três meses a cinco anos e objetivava suprir carências básicas, inclusive alimentação. O segundo, administrado por meio do convênio entre o Poder Público municipal, estadual e federal, dirigido às “creches de vizinhança”, era voltado a crianças de quatro a seis anos e funcionava no espaço domiciliar sob a responsabilidade de um morador da comunidade. Este tinha o dever de cuidar de grupos de dez crianças, sem necessidade de formação específica. Mais tarde, com apoio técnico e financeiro da Prefeitura Municipal de Curitiba, essas creches passaram a ser gerenciadas por Associações de Moradores de cada comunidade. A partir de 1984, essas creches foram integradas à Rede Municipal de Ensino (CURITIBA, 2006b).

Em 1990, de acordo com as Diretrizes,

foi lançada a Proposta de Atendimento à Criança de 0 a 6 Anos nas Creches, pela Secretaria Municipal da Criança, para orientação do processo educacional nas creches oficiais. Dos cinco objetivos prioritários estabelecidos, destacavam-se três: ampliar o atendimento, afirmar a creche como espaço de educação e desenvolvimento da criança, procurando superar a perspectiva de guarda e cuidados, e desenvolver uma visão socioeducativa com relação às famílias e às comunidades. (CURITIBA, 2006b, p. 6)

Para atingir o primeiro objetivo, a PMC estabeleceu convênios com entidades não-governamentais filantrópicas, que eram mantenedoras de creches comunitárias. Essas entidades de cunho assistencialista faziam parte da Secretaria da Criança e atuavam sob a responsabilidade da Fundação de Ação Social (FAS). Só a partir de abril de 2003, quatro anos após o prazo instituído pela LDB (Art. 89) para integração da EI no sistema de ensino, que a SME assumiu essa demanda e passou a ser referência para as instituições contratadas, provendo apoio pedagógico e financeiro. No que concerne ao apoio pedagógico, a SME é responsável por proporcionar formação continuada, bem como apoio ao planejamento, ao regimento escolar, ao calendário escolar, à proposta político-pedagógica, entre outros. Assim, os CEI contratados devem estar alinhados aos princípios e parâmetros com os quais as creches municipais trabalham (Cf. Decreto nº 6.253, de 13/11/2007).

De acordo com dados da PMC<sup>9</sup>, no ano 2018, Rede Municipal de Ensino (RME) era formada por 545 unidades, dentre as quais 185 escolas municipais (3 de educação especial), 220 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI); 8 Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE); 75 CEI conveniados; 41 faróis do saber; 4 bibliotecas, 2 gibitecas e 10 Núcleos Regionais da Educação (NRE). Esta pesquisa se debruçou sobre CEI conveniados, mais especificamente, sobre o segmento creche de um CEI contratado pela PMC.

No município de Curitiba, os CEI são responsáveis por ofertar creche e pré-escola, com atendimento em período integral e em meio período, para crianças de zero a seis anos incompletos, uma vez que as crianças a partir de seis anos deverão ser incorporadas ao EF. Esse público é distribuído em diferentes níveis, como se pode verificar no Quadro 3:

---

<sup>9</sup> Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações, no sítio <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/informacoes-educacionais/3659>. Acesso em 2 de set. 2018.



QUADRO 3 - NÍVEIS E IDADE DE ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA EM CURITIBA, 2018

DISTRIBUIÇÃO / NÍVEIS		IDADE ATENDIDA
Creche	Berçário I	até 11 meses completos
	Berçário II	1 ano completo até 2 anos
	Berçário Único	Atende Berçário I e II
	Maternal I	2 anos completos até 3 anos
	Maternal II	3 anos completos até 4 anos
	Maternal Único	Atende Maternal I e II
Pré-Escola	Pré I	4 anos completos
	Pré II	5 anos completos
	Pré Único	Atende Pré I e II

FONTE: Elaborada a partir da Instrução Normativa n.3. Curitiba, 2018.

Em um panorama geral, no que se refere ao número de creches a partir de dados de 2018, há 209 estabelecimentos públicos (1 instituição federal e 208 instituições municipais), 282 estabelecimentos privados (não conveniada com e sem fins lucrativos – 257 e 25, respectivamente) e 83 estabelecimentos privados conveniados (instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas), o que representa 36,41%, 49,12% e 14,45%, respectivamente, do total de instituições registradas (Tabela 2).

Conforme os dados, é do setor privado quase metade dos estabelecimentos que ofertam creche. Entretanto, quando comparados os últimos seis anos, o número de creches em nível municipal cresceu em 6,12% em Curitiba, enquanto o número de instituições conveniadas diminuiu em 24,55% e o de instituições privadas com fins lucrativos cresceu em 24,76%.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM CRECHE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA CURITIBA, 2013 a 2018

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	% VARIÇÃO
Federal	1	1	1	1	1	1	0,00
Municipal	196	199	198	338	198	208	6,12
Privada conveniada	110	91	87	83	84	83	-24,55
Privada não conveniada sem fins lucrativos	15	22	22	23	27	25	66,67
Privada não conveniada com fins lucrativos	206	224	242	250	244	257	24,76
Total	528	537	550	695	554	574	8,71

FONTE: Elaborada a partir dos dados do Censo Escolar/Inep divulgados pelo Laboratório de Dados Educacionais.

No que se refere às matrículas em creche, segundo dados do Censo Escolar, em 2018, o município de Curitiba registrou 29.125 matrículas distribuídas em todas as dependências administrativas (Tabela 3). Desse total, 13.405 das matrículas foram ofertadas pela rede municipal e 62 pela rede federal, e 5.847 por instituições privadas conveniadas. Isto é, o setor público (federal e municipal) atendeu 46,23% da demanda total de crianças, enquanto o setor privado (privada não conveniada com e sem fins lucrativos) atendeu 33,68% e as instituições privadas conveniadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) atenderam 20% desse total.

Observa-se ainda, a partir dos dados demonstrados na série histórica 2013-2018, um decréscimo de 41,62% no atendimento da creche em instituições municipais e um aumento considerável de 84,94% no atendimento deste segmento em instituições privadas não conveniadas sem fins lucrativos.

Em termos gerais, houve um decréscimo em todas as dependências públicas e um aumento nas dependências privadas (com e sem fins lucrativos). No caso das instituições privadas conveniadas, objeto desse estudo, observou-se uma diminuição no atendimento de crianças em creche quando considerada a série histórica. Entretanto, se for observado somente o ano de 2018, por exemplo, os dados demonstram que a parcela de participação das privadas conveniadas (20%) foi significativa em relação ao atendimento do setor público.

Esses números não devem ser vistos isoladamente. Como mencionado no Capítulo 2, os planos nacional e municipal de educação propõem a universalização do atendimento educacional a crianças de quatro e cinco anos. Assim, devido à EC nº 59/2009, torna-se prioridade do município atender a pré-escola, sua demanda obrigatória (Tabela 3). A proposta da EC/59 pode ser notada, ao menos parcialmente, nos dados a partir de 2015, ano em que o PME é lançado. Percebe-se, a partir da variação, que o atendimento em pré-escola mais que duplicou na rede pública municipal, havendo diminuição, inclusive, no atendimento em privadas conveniadas. Apesar de ter havido um aumento nas matrículas em instituições privadas também na pré-escola, esse número não chega a ser tão expressivo quando se compara às creches.

Além disso, os dados expressam a abertura do Estado à iniciativa privada. Assim, com o discurso de estar investindo na educação pública ao financiar instituições públicas e privadas para o atendimento da sua demanda, o Estado descentraliza o atendimento, transfere suas responsabilidades para o setor privado,

permite o fortalecimento do discurso e da política neoliberal na educação, esvazia progressivamente a política de direitos sociais em que a CF/88 se baseia e redimensiona seu papel com foco na fiscalização dos órgãos agora responsáveis de modo a garantir o cumprimento desses “serviços”. (PERONI, 2018).

TABELA 3 – NÚMERO DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA, CRECHE E PRÉ-ESCOLA - CURITIBA, 2013 A 2018

CRECHE							
Dependência Administrativa Detalhada	2013	2014	2015	2016*	2017	2018	% Variação
Federal	68	97	104	140	125	62	-8,82
Municipal	22.962	23.644	24.055	36.869*	14.740	13.405	-41,62
Privada conveniada	6.191	5.851	5.900	6.115	6.249	5.847	-5,56
Privada não conveniada sem fins lucrativos	405	809	818	761	915	749	84,94
Privada não conveniada com fins lucrativos	6.715	7.834	8.561	8.651	8.739	9.062	34,95
Total	36.341	38.235	39.438	52.536*	30.768	29.125	-19,86
PRÉ-ESCOLA							
Federal	40	12	13	0	0	78	95,00
Estadual	4	7	2	2	5	12	200,00
Municipal	11.550	11.568	11.696	8*	23.158	23.376	102,39
Privada conveniada	4.931	3.661	3.536	3.259	3.280	3.258	-33,93
Privada não conveniada sem fins lucrativos	1.435	1.996	1.862	1.625	1.856	1.888	31,57
Privada não conveniada com fins lucrativos	10.197	10.867	11.647	11.713	10.745	11.264	10,46
Total	28.157	28.111	28.756	16.607*	39.044	39.876	41,62

FONTE: Elaborada a partir dos dados do Censo Escolar/Inep divulgados pelo Laboratório de Dados Educacionais.

Nota: (\*) Há um erro na classificação das matrículas do segmento pré-escola nos microdados do Inep referente à Curitiba-PR no ano de 2016. Os dados da pré-escola foram somados aos da creche.

Nessa perspectiva, os dados de 2018 mostram que a RME de Curitiba oferta 46,02% do segmento creche nos CMEI, o que implica que esta rede é ainda a responsável pela maior parte da oferta de creche. Ainda assim, 20% do atendimento em creche concentra-se nas instituições privadas conveniadas. Por isso, o processo de conveniamento de instituições privadas com o Poder Público será apresentado na subseção seguinte.

## 4.2 A POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO E FINANCIAMENTO DOS CEI CONTRATADOS

Levando em consideração os aspectos do financiamento da educação brasileira e, em especial, o referente ao conveniamento de instituições privadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) com o poder público (Cf. subseções 2.1 e 2.3), entende-se que a legislação (CF/88, LDB/96, Fundeb) ampara a relação entre o setor público e o privado.

Diante dessa abertura, a PMC, por meio da Deliberação do Conselho Municipal de Educação (CME) nº. 2/2012, estabelece normas e princípios destinados à EI. Dentre elas, o documento reserva um capítulo para tratar da oferta da EI. Consoante o art. 5, é de competência do SME de Curitiba credenciar a instituição, renovar seu credenciamento, autorizar e verificar seu funcionamento, bem como acompanhar, supervisionar e fiscalizar as instituições públicas e privadas que ofertam a EI.

No que se refere ao credenciamento de instituições privadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) à rede municipal de educação de Curitiba, o Edital de credenciamento<sup>10</sup>, com vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, tem como objeto o credenciamento de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas, comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, que objetivem firmar contrato com a Prefeitura de Curitiba para atender crianças na faixa de creche e pré-escola (zero a cinco anos) em período integral.

Cada mantenedora pode credenciar o número máximo de seis CEI, firmando-se um contrato para cada um deles. Ademais, o contrato deverá estabelecer obrigações a serem observadas pela instituição privada sem fins lucrativos e pela PMC com vistas à execução do atendimento pela contratada, conforme previsto em Lei.

Conforme Tabela 4, observa-se o valor *per capita*/ano, bem como o valor mensal por criança a ser atendida em creche e em pré-escola em turno integral (7 horas conforme LDB, art. 31, inciso III). De acordo com o Edital, o valor a ser repassado pelo município será calculado com base na quantidade de crianças a

---

<sup>10</sup> Disponível no Anexo 2.

serem atendidas por cada instituição, observando-se a faixa etária, com os valores e critérios presentes no contrato. Esse valor é repassado mensalmente pela PMC que possui também como responsabilidade a fiscalização, a assessoria e a supervisão das ações dessas instituições, inclusive em termos de supervisão técnica e pedagógica.

TABELA 4 – REPASSE DE VALORES PERCAPITA/ANO POR ALUNO PARA CRECHES CONVENIADAS - CURITIBA, 2015-2018, EM REAIS

ANO	CRECHE	FUNDEB*	%	PRÉ-ESCOLA	FUNDEB*	%
2015	4.860,00	3.073,26	58,14	4.380,00	3.632,03	20,59
2016	4.860,00	3.489,17	39,29	4.380,00	4.123,57	6,22
2017	5.165,64	3.869,99	33,48	4.655,52	4.573,62	1,79
2018	5.318,04	4.005,65	32,76	4.792,80	4.733,95	1,24

FONTE: Elaborada a partir dos decretos 496/2018; 869/2017; FNDE (2019).

\*Valor estimado do Fundeb por aluno/ano das instituições conveniadas do Paraná.

Observou-se que, a partir de 2015, ano em que a PMC estabeleceu contratos com os CEI, o valor de repasse foi superior ao previsto pelo Fundeb tanto em creche, chegando a ultrapassar 50%, como em pré-escola, passando dos 20% do valor previsto. O valor a ser repassado por aluno foi reajustado a partir de 2016, com a elaboração do Edital de credenciamento<sup>11</sup> em 28 de outubro de 2015. Em entrevista para a pesquisa, o assessor do Setor de Finanças da PMC relatou não ter havido critérios estabelecidos como parâmetro para a definição de valores dos contratos. Os valores passaram a ser reajustados a partir de 2016 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

Ainda de acordo com o Edital, os contratos devem ser firmados para atender até 10.729 crianças em turno integral, podendo esse número ser modificado a depender da demanda manifesta. Essas vagas estão distribuídas por NRE do município de Curitiba, que destina 7.431 vagas para atendimento em creche e 3.298 vagas para atendimento em pré-escola. Os contratos têm vigência por um período de 48 meses, podendo ser prorrogados nos termos da legislação vigente. Caso haja descumprimento de quaisquer cláusulas e condições dos contratos, ou não se

<sup>11</sup> Um novo edital de credenciamento foi lançado dia 26 de setembro de 2019 para entrar em vigor no início de 2020, após o vencimento dos contratos existentes. (Cf. CURITIBA, 2019, p. 32).

observem os motivos previstos na Lei Federal n. 8.666/93 e na legislação municipal vigente, o contrato deverá ser rescindido.

Sobre os valores, está vedado à PMC o pagamento de qualquer sobretaxa em relação ao apresentado na Tabela 5. Este valor, por sua vez, poderá sofrer acréscimo ou supressão a depender da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da PMC.

Comparando-se o montante repassado às contratadas (CEI) ao destinado à rede pública municipal (CMEI) no ano de 2018, por exemplo, evidencia-se que este repasse representa 11,29% da despesa com CMEI. Outro dado que se sobressai é o aumento do repasse para os CEI contratados, e consequente diminuição de repasse para os CMEI, no ano de 2015, quando a PMC lança o edital de credenciamento e os convênios passam a ser firmados a partir de contratos (Tabela 5). Ademais, a partir de 2016, verifica-se um aumento constante de repasses para a rede própria de ensino (CMEI). Em relação aos CEI, há uma queda de repasses em 2016, que volta a aumentar timidamente nos anos posteriores.

TABELA 5 - VALORES REPASSADOS POR ETAPA, EDUCAÇÃO INFANTIL, CURITIBA 2014-2018, POR ANO

ANO	CEI CONTRATADOS	CMEI	%
2014	39.132.638,40	329.424.014,02	11,87
2015	45.600.316,40	289.187.168,10	15,76
2016	44.745.554,77	362.160.433,00	12,35
2017	46.900.447,11	405.735.983,53	11,55
2018	46.598.359,25	412.659.630,74	11,29

FONTE: Elaborada a partir de dados fornecidos pelo Setor de Finanças da PMC, 2018.

Conforme o assessor executivo de Finanças, a prestação de contas pelos serviços prestados se dá pela emissão de uma nota fiscal eletrônica que permite o pagamento dos valores às instituições contratadas. Essa forma de prestação de contas acontece desde 2015, quando se lançou o edital para viabilizar o contrato de prestação de serviço de atendimento integral à educação infantil.

Sobre isso, sabendo-se que é dever do Município como descrito nos documentos oficiais e mesmo no Edital de contratação a fiscalização e o acompanhamento de seus sistemas de ensino, questiona-se a seriedade e o compromisso com que vem acontecendo a fiscalização em relação às instituições conveniadas. No contexto de Curitiba, observa-se que há somente uma pessoa

responsável por fiscalizar as 75 unidades que ofertam EI em creches conveniadas com a prefeitura. Do mesmo modo, entende-se como questionável e falho o modo de prestação de contas via nota fiscal eletrônica, que revela a facilidade de contratação, bem como a falta de rigor para o acompanhamento das unidades educacionais em todos os seus aspectos, e, em última análise, o incentivo à iniciativa privada para lidar com a demanda da creche.

Esse dado corrobora os estudos realizados por Corrêa (2011) sobre a EI quando indicam a fragilidade dos sistemas de educação municipais (e em sua ausência, estaduais) para lidar com o acompanhamento e supervisão de todas as instituições de ensino públicas e privadas de sua rede devido à falta de recursos que impossibilitam a contratação de funcionários, bem como o desenvolvimento de estrutura física para este fim.

Em termos de repasse de recursos públicos a instituições privadas no município, indica-se que a proporção dos repasses aos CEI contratados em relação às receitas e despesas com educação básica realizadas pelo poder público municipal em Curitiba no ano de 2018 foi analisada a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), conforme Anexo 1 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) disponibilizado no sítio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). Vide Tabelas 6 e 7, a seguir.

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CURITIBA, 2018

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	R\$	%
<b>1</b>	<b>Receitas de fontes que <u>COMPÕEM</u> o Fundeb</b>	<b>1.565.927.758,06</b>	<b>36,8</b>
1.1	Cota-parte FPM (CF. Art. 159, alínea b)	290.069.107,41	6,8
1.2	Cota-parte ICMS	793.300.976,51	18,6
1.3	ICMS Desoneração	5.063.732,16	0,1
1.4	Cota-parte IPI	13.747.707,15	0,3
1.5	Cota-parte ITR	21.828,07	0,0
1.6	Cota-parte IPVA	463.724.406,76	10,9
<b>2</b>	<b>Receitas de fontes que <u>NÃO COMPÕEM</u> o Fundeb</b>	<b>2.693.882.880,27</b>	<b>63,2</b>
2.1	IPTU	762.873.060,18	17,9
2.2	ITBI	330.174.848,32	7,8
2.3	ISS	1.210.187.867,61	28,4
2.4	IRRF	365.194.579,94	8,6
2.5	ITR	-	-
2.6	Cota-parte FPM (CF. Art. 159, alínea 'd' e 'e')	25.452.524,22	0,6
2.7	Cota-parte IOF	-	-
<b>3</b>	<b>Total de receita de impostos + transferências (1+ 2)</b>	<b>4.259.810.638,33</b>	<b>100,0</b>
<b>4</b>	<b>Receitas vinculadas para Educação (25% x item 3)</b>	<b>1.064.952.659,58</b>	
<b>5</b>	<b>Fundeb</b>		
5.1	Receitas destinadas ao Fundeb (20% x item 1)	313.185.606,40	
5.2	Receitas recebidas do fundo estadual	582.555.246,17	<b>40,9</b>
5.3	Receita de aplicação financeira dos recursos	1.870.916,70	<b>0,1</b>
<b>6</b>	<b>Receita própria vinculada após redistribuição Fundeb (4 - 5.1)</b>	<b>751.767.053,18</b>	<b>52,8</b>
<b>7</b>	<b>Receitas adicionais para Educação Básica</b>	<b>87.379.870,83</b>	<b>6,1</b>
7.1	Receita de aplicação financeira dos impostos vinculados	3.020.263,80	0,2
7.2	Transferências do Salário Educação	48.889.478,31	3,4
7.3	Transferências Diretas PDDE	1.600,00	0,0
7.4	Transferências Diretas PNAE	19.555.158,80	1,4
7.5	Transferências Diretas PNATE	495,72	0,0
7.6	Outras transferências do FNDE	2.947.063,77	0,2
7.7	Aplicação financeira dos recursos do FNDE	471.090,22	0,0
7.8	Transferências de convênios	3.310.429,97	0,2
7.9	Aplicação financeira dos recursos de convênios	2.096,17	0,0
7.10	Outras receitas para o financiamento do ensino	9.182.194,07	0,6
<b>8</b>	<b>Total das receitas para educação básica (5.2 + 5.3 + 6 + 7)</b>	<b>1.423.573.086,88</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Elaborado a partir do RREO 2018 de Curitiba disponibilizado pelo Siope/FNDE.

Conforme dados da RREO, o município de Curitiba, no ano de 2018, contou com uma receita total para o financiamento da educação básica da ordem de R\$ 1.423.573.086,00. Pode-se observar como esse montante foi composto a partir das principais fontes de recursos previstos na legislação que estabelece a vinculação de impostos como a principal fonte de recursos e o Salário Educação como fonte adicional (art. 212 da CF/88), além do Fundeb como mecanismos de subvinculação e redistribuição de recursos entre a rede estadual e os municípios em cada estado da federação. Verificou-se que 52,8% das receitas para educação são receitas



próprias de impostos arrecadados por Curitiba (formado por 5% das fontes que compõem o Fundeb e 25% das fontes que não compõem o fundo). O que demonstra que, Curitiba, por ser uma capital com capacidade de arrecadação tributária, tem menor dependência dos recursos redistribuídos pelo Fundeb. As receitas redistribuídas pelo Fundeb compuseram a receita total em 41,1%. A receita do Salário Educação equivaleu a 3,4%. As demais receitas, inclusive a receita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), somaram os 2,7% restantes da receita.

Considerando 97,37% da receita total (ou seja, R\$ 1.386.232.041,46, composta pelos recursos do Fundeb + vinculação de receitas próprias + Salário Educação, vide itens 5.2, 6, 7.1 e 7.2 da Tabela 6) e a oferta de 140.823 matrículas (de todas as etapas e modalidades da Educação Básica) com recursos do município (sendo 129.245 ofertadas pela rede municipal própria e 11.578 ofertadas pela rede conveniada), pode-se considerar uma receita por aluno da ordem de R\$ 9.843,79 em 2018. Se contasse somente com recursos do Fundeb, Curitiba teria apenas R\$ 4.136 de receita por aluno. Desse modo, fica evidente que a estratégia de conveniamento da PMC com repasses de R\$ 5.318,04 por matrícula na creche é uma estratégia de barateamento da oferta, uma vez que repassa um valor-aluno para as contratadas de apenas 54% da receita por aluno que dispõe.

Esse dado pode ser confirmado também a partir do Edital de contratação que irá vigorar a partir de 2020, que aponta para modificações e revisões do edital anterior e justifica a celebração de contratos com instituições privadas e comunitárias devido à “falta de unidades em número suficiente que impede, neste momento, a Administração de minimizar referida demanda com a estrutura própria”, indicando, inclusive, a responsabilidade das listas de espera pelo próprio Município. (CURITIBA, 2019, p. 32). Este edital é voltado ao atendimento da creche prioritariamente a partir da demanda da Rede Municipal e inclui todos os custos, inclusive a alimentação das crianças, destinando R\$8.600,00 por criança ao ano.

Apesar dos dados descritos, percebe-se que a política de conveniamento permanece firme e cada vez mais concreta junto ao Poder Público. O novo edital, por exemplo, é destinado para instituições privadas e comunitárias, enquanto o anterior, objeto de análise deste estudo, era destinado a instituições privadas sem fins lucrativos. Essa alteração, apesar de termos mais rígidos (teoricamente) para o funcionamento e a fiscalização dessas instituições privadas, parece indicar a

abertura a instituições privadas com fins lucrativos. Além disso, enquanto se destina mais e mais recursos ao setor privado, afasta-se a possibilidade de ampliar e assegurar atendimento totalmente público e gratuito para a demanda municipal, o que havia sido ressaltado em Bassi (2011).

Em uma análise pelo lado da receita, o montante repassado aos CEI contratados (R\$ 46.598.359,25) representou 3,27% do montante da receita para Educação Básica em Curitiba no ano de 2018. A Tabela 7 apresenta um resumo das despesas declaradas na RREO 2018.

TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO, CURITIBA, 2018

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	R\$	%
1	<b>Educação Infantil</b>	<b>393.482.043,49</b>	<b>27,9</b>
1.1	Creche	201.375.966,52	15,1
1.2	Pré-Escola	192.106.076,97	14,4
2	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>942.003.211,40</b>	<b>66,9</b>
3	<b>Ensino Médio</b>	-	-
4	<b>Educação Superior</b>	-	-
5	<b>Educação Profissional (não integrada)</b>	-	-
6	<b>Sub-Total com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) (soma 1 a 5)</b>	<b>1.335.485.254,89</b>	<b>94,8</b>
7	Despesas custeadas com Salário Educação	42.303.016,04	3,0
8	Despesas custeadas com outras fontes	30.805.313,87	2,2
9	<b>Sub-total das demais despesas (7 + 8)</b>	<b>73.108.329,91</b>	<b>5,2</b>
10	<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (6 + 9)</b>	<b>1.408.593.584,80</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Elaborado a partir do RREO 2018 de Curitiba disponibilizado pelo SIOPE/FNDE.

A Tabela 7 apresenta uma despesa total em educação da ordem de R\$ 1.408.593.584,80, sendo que 27,9% foram relativos às despesas com a Educação Infantil. Nota-se, contudo, uma divergência de informações referente às despesas com Educação Infantil nas Tabelas 5 (com dados fornecidos pelo Setor de Finanças da PMC) e 7. Com base nas informações da Tabela 7, o total das despesas com os CEI contratados (R\$ 46.598.359,25, conforme Tabela 5) representa 11,84% do total de despesas com Educação Infantil (R\$ 393.482.043,49) e 3,31% em relação à despesa total de Curitiba com Educação Básica em 2018.

A possibilidade de atendimento educacional em instituições conveniadas com o Poder Público consta na CF/88 e na LDB, sendo vedada cobrança de qualquer tipo das famílias que procuram esse serviço no art. 15 do Decreto nº 6.253, de 13/11/2007. Poderá ser visto a partir da análise da unidade, contudo, que, nos CEI conveniados em Curitiba ainda acontece a contribuição financeira das famílias para

complementação de valores repassados pela PMC. Sobre isso, conforme aponta a Gerência dos CEI contratados do município em entrevista para esta pesquisa, o Departamento de Educação Infantil de Curitiba não possui gerência em relação às possíveis contribuições, mas, como declarado em entrevista pela gestão do CEI estudado, a PMC está ciente desse ônus para as famílias.

#### 4.3 ESTUDO DO CEI CONTRATADO

Esta subseção é dedicada à descrição e à análise do financiamento da unidade contratada. Para tanto, têm-se a apresentação do CEI em estudo, a descrição da oferta, bem como a análise e a avaliação dos mecanismos de financiamento do CEI.

##### 4.3.1 O CEI

O Centro de Educação Infantil analisado possui cunho filantrópico e tem como entidade mantenedora uma associação religiosa situada no município de Curitiba, Paraná. Este centro foi construído pela comunidade em 1991 em um terreno cedido em regime de comodato pela PMC, com quem mantém um convênio desde sua fundação. Em 2015, esse convênio passou a ser firmado por meio do contrato já mencionado na subseção 4.2.

O CEI está localizado em uma região conhecida por concentrar grande número de indústrias no município, bem como possuir vastas áreas residenciais. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 2010, o bairro onde se localiza o CEI possuía cerca de 173 mil habitantes, sendo ainda a região que apresenta a maior parte da população da cidade com idade entre 0 e 14 anos, o que representa 40.666 crianças.

Como missão, o CEI almeja “propiciar um ambiente de aprendizagens, um espaço favorável ao desenvolvimento integral das crianças, respeitando as suas individualidades, realidade e cultura para crescerem como cidadãos.” (CEI, 2015, p. 4).

Em relação ao atendimento, a instituição recebe crianças de quatro meses a cinco anos de idade e oferta EI nos segmentos creche e pré-escola. Como objetivos, o CEI almeja:

Propiciar um ambiente que estimule o desenvolvimento de atividades diversificadas e simultâneas, como por exemplo, ambientes para jogos, leitura entre outros;  
Desenvolver na criança uma imagem positiva de si mesma, favorecendo a autoestima e a construção da identidade;  
Organizar ambientes educativos acolhedores, seguros e desafiadores, promovendo ação de educar e cuidar de forma integrada, utilizando diferentes linguagens e respeitando o ritmo individual de cada criança;  
Promover práticas que visem à integração e o desenvolvimento dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, linguísticos, sociais e culturais da criança, levando em conta as necessidades e diferenças individuais;  
Desenvolver práticas educativas tendo o brincar como forma privilegiada de aprender e expressar conhecimentos sobre si e o mundo, incentivando a criatividade, curiosidade e a imaginação;  
Oportunizar experiências que possibilitem a socialização das crianças por meio de diversas práticas sociais;  
Promover atividades que visem à participação e integração CEI – família;  
Trabalhar as questões da inclusão, étnico racial e o meio ambiente, na qual a criança tenha noção e saiba da diversidade do meio a que está inserida. (CEI, 2015, p. 9-10).

Com esses objetivos, o CEI enseja fornecer um processo educativo dentro de um espaço escolar dinâmico e sob uma inter-relação com o que se passa fora da escola, a fim de que o aluno possa entender, atuar e transformar a sociedade em que vive (CEI, 2015).

O projeto político pedagógico do CEI abordado nesse estudo esclarece que assume a posição filosófica histórico-crítica, sob a qual a criança constrói seu conhecimento a partir da interação com o meio físico e social, histórico e político, e o professor representa a figura de facilitador-encorajador da aprendizagem (CEI, 2015).

A postura do CEI se baseia na premissa de que o mundo contemporâneo “exige a formação de um novo sujeito, que dê conta não só de inserir-se no mundo, mas que tenha competência para transformá-lo” (CEI, 2015, p. 16). Também se fundamenta no entendimento de que o professor pode gerar um aporte teórico, em suas práticas educacionais, que contemplem todas as dimensões humanas, a saber: “corpo, mente, sentimento, espírito, psiquismo, o pessoal, o grupal, o social, que tendem encontrar as pontes, as relações entre as partes e o todo” (CEI, 2015, p. 16).

Sob essa perspectiva, o CEI busca privilegiar a construção do conhecimento, se contrapondo ao estudo concentrado nos conteúdos distanciados da realidade,

que acabam servindo apenas para transmissão de informações à criança, pouco agregando à sua formação crítica-reflexiva (CEI, 2015).

Em termos de gestão, o Conselho do CEI é formado pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário e Diretora. Por ocasião do falecimento da coordenadora pedagógica em agosto de 2019, profissional que estava junto à coordenação desde a fundação do CEI, a diretora tem exercido as funções de coordenadora, pedagoga e secretária desde então. O cargo da diretora em questão, antes professora desse CEI, foi-lhe atribuído devido à confiança que a instituição mantenedora e o conselho do CEI a concederam. Existe também um conselho comunitário formado pelas famílias das crianças que auxiliam, junto à gestão, no atendimento de quaisquer necessidades e em encaminhamentos para a solução de problemas que possam surgir (CEI, 2015).

Em termos de oferta, de acordo com os dados do Censo Escolar 2018 (Tabela 8), o CEI recebeu um total de 89 matrículas, sendo 77 crianças em creche e 12 na pré-escola. No ano de 2019, este número cresceu para 104 crianças, sua capacidade máxima, conforme direção do CEI. Há, em média, uma rotatividade de 15 crianças no decorrer do ano letivo que são responsáveis pela liberação ou não de novas vagas. Percebe-se, assim, que o número de matrículas tem crescido nos últimos anos, especialmente no segmento creche, e é esperado pela gestão do CEI que seja ampliado de modo a atender um contingente maior de crianças perante a demanda manifesta, hoje elencada em lista de espera.

TABELA 8 - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DETALHADA – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONTRATADO, 2013 a 2018

Segmento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
Creche	51	48	47	67	68	77	68
Pré-Escola	30	35	24	12	15	12	36
Total	81	83	71	79	83	89	104

FONTE: Elaborada a partir dos dados do Censo Escolar/Inep divulgados pelo Laboratório de Dados Educacionais.

\*Dados obtidos a partir de entrevista com gestores do CEI em agosto de 2019.

Lê-se, a partir deste Centro, que há uma demanda por vagas para a educação infantil tanto a nível de creche quanto de pré-escola e que esta é expressa por meio de listas de espera. Essas listas são analisadas pela SME e resultam na ampliação da oferta por meio da rede própria (CMEI) ou da rede privada (CEI), de

onde surgem os contratos entre a PMC e as instituições privadas sem fins lucrativos – como no caso analisado.

No que concerne às listas de espera, contudo, a PMC fica responsável pelo gerenciamento das matrículas da rede própria e deixa a cargo de cada CEI gerir sua própria lista e inclusive estabelecer critérios para o preenchimento de suas vagas – o que está previsto em teoria para ser alterado somente para o ano de 2020 (novo edital). Do modo como se apresenta atualmente, há privatização da lista de espera, que pode ou não atender o público que mais necessita e, conseqüentemente, privatização da prestação do serviço que deveria ser de oferta pública (ao menos no que se refere ao público de 4 a 17 anos), bem como há uma descentralização do controle da demanda a partir da entrega da fila de espera e da tomada de decisões sobre critérios a serem definidos nas mãos do CEI sem a devida fiscalização pelo Poder público, como discutido anteriormente e argumentado por Bonamino (2003) e Bassi (2011) em contextos distintos.

Observe-se que as famílias atendidas pelo CEI em estudo se caracterizam como pertencendo tanto à classe baixa, assistidas por programas de redistribuição de renda do Governo Federal (como o Bolsa Família), como à classe média baixa que consegue arcar com os custos mensais da criança (mensalidade que varia entre R\$ 200 e R\$ 400 mais complementação da alimentação), como será visto na subseção 4.3.3.

Da situação, questiona-se como fica o direito que as famílias possuem de compartilhar a educação de suas crianças e dessas, de terem acesso à educação pública, gratuita, de qualidade e em igualdade de condições, que não reproduz mecanismos de diferenciação, ou promove desigualdades sociais, conforme o que preza a CF/88, o ECA/90 e a LDB/96, para citar alguns dispositivos legais. Questiona-se ainda se as famílias que buscam o serviço conveniado o fazem por opção ou pela ausência da oferta pública, obrigando-se a buscar instituições que cuidem e eduquem suas crianças enquanto precisam trabalhar, inclusive para arcar com os custos demandados. Independente das respostas, o princípio da gratuidade deveria ser direito de todos. A ausência desse princípio acaba funcionando como um mecanismo de exclusão e diferenciação. Parece, assim, que a existência dos CEI contribui para a geração de desigualdades, apesar de ser revestido da justificativa de ser uma estratégia necessária para atender a demanda por educação das crianças.

#### 4.3.2 Descrição da oferta

A PMC, por meio da Deliberação do Conselho Municipal de Educação (CME) nº. 2/2012, indica as condições de oferta da EI no município. O documento, no capítulo sobre o projeto político pedagógico da instituição, trata da organização das crianças por professor, de maneira a propiciar o desenvolvimento das crianças em suas especificidades. O artigo 14 desse documento especifica que deve haver um professor para atender 5 crianças de até um 1 ano de idade; um professor para atender oito crianças de 1 a 2 anos de idade; um professor para atender 10 crianças de 2 a 3 anos de idade; um professor para atender 15 crianças de 3 a 4 anos de idade e um professor para atender 20 crianças de 4 e 5 anos de idade.

No capítulo IV que trata dos profissionais da educação, lê-se que é necessário a licenciatura em curso de Pedagogia para atuar na EI, seja para atuar como professor ou na coordenação pedagógica. No caso de o professor possuir outra licenciatura, é-lhe permitido atuar neste segmento desde que comprove pós-graduação *lato sensu* em Educação Infantil.

Quanto aos espaços, às instalações e aos equipamentos, conforme Capítulo V, estes devem estar adequados em relação à localização, às condições de acesso e de segurança (art. 26), assim como às condições sanitárias para que se favoreça o cuidar e o educar desse público.

Tendo em vista os critérios expostos, no que se refere à caracterização das turmas e do público atendido no ano de 2019, o CEI em estudo é assim composto:

QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO ORGANIZACIONAL DO ATENDIMENTO CRECHE E PRÉ-ESCOLA, CEI CONTRATADO, 2019

<b>TURMA</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>NÚMERO DE CRIANÇAS</b>	<b>PROFESSORAS</b>
Berçário I	4 meses a 1 ano e três meses	15	2*
Berçário II	1 ano e três meses a 2 anos	17	2*
Maternal I	2 a 3 anos	18	2
Maternal II	3 a 4 anos	18	2
Pré I	4 anos	18	1**
Pré II	5 anos	18	2**
<b>TOTAL</b>		<b>104</b>	<b>11</b>

FONTE: Elaborado a partir do PPP, CEI, 2015 (atualizado em agosto de 2019).

\* Possui uma lactarista para auxiliar as turmas.

\*\* Possui uma professora volante para auxiliar as duas turmas.

Ao se comparar o demonstrativo do CEI em questão e o art. 14 da Deliberação do Conselho Municipal de Educação (CME) nº. 02/2012, verifica-se que para o Berçário I, há 2 professoras para atender 15 crianças, sendo que, de acordo com a quantidade de crianças, deveria haver 3 professoras; para o Berçário II, há 2 professoras para 17 crianças, no qual deveria haver 2 professoras para 16 crianças; para o Maternal I, há 2 professoras para atender 18 crianças; para o Maternal II, há 2 professoras para atender 18 crianças; e tanto para o Pré I quanto para o Pré II, há 1 professora para atender 18 crianças. Ademais, o CEI possui 1 lactarista que fica à disposição para as turmas de Berçário e 1 professora volante que fica à disposição para auxiliar as turmas de Pré.

Os números demonstram que a quantidade de crianças por professor é respeitada pelo CEI no que se refere à pré-escola. No segmento creche, segmento analisado, enquanto nas turmas de Berçário faltam professoras, nas turmas de Maternal sobram vagas para preencher as turmas.

Em termos de organização, de acordo com a legislação vigente, o CEI deve prever o mínimo de 200 dias e 800 horas de trabalho educativo em seu calendário.



O estabelecimento funciona em período integral de segunda-feira a sexta-feira das 7h às 18h e conta com 16 funcionários registrados em CLT: 11 professoras, 2 cozinheiras, 1 lactarista, 2 auxiliares de limpeza. Há também um prestador de serviços gerais autônomo.

Todas as professoras possuem graduação em Pedagogia e as professoras das turmas de Berçário I, Berçário II, Pré I e Pré II possuem especialização em Educação Infantil, o que confirma a adequação da formação inicial das profissionais da instituição para exercerem sua função. Dentre as professoras, uma trabalha enquanto volante, isto é, responsável por atender as demandas do cotidiano educacional infantil (crianças que possuem déficit de atenção, professoras que estão de atestado, entre outras situações). Todas as funcionárias são do gênero feminino e possuem entre quatro a 26 anos de experiência atuando na educação.

As professoras trabalham durante 40 horas por semana, sem hora-atividade, com intervalo para refeições (almoço e dois lanches) e recebem o valor estabelecido pelo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) – Lei no. 11.738/2008 – para profissionais com formação de nível médio, na modalidade Normal, em jornada semanal de 40 horas. O PSPN, em 2019, foi estabelecido em R\$ 2.557,74. As professoras também recebem R\$ 350 de vale alimentação. Uma das cozinheiras possui o EB completo e a outra, o EF completo. As auxiliares de serviço geral e a lactarista possuem EF completo. Essas profissionais trabalham na instituição entre 1 e 25 anos e recebem o piso salarial estabelecido pela categoria de R\$ 1.345<sup>12</sup> em 2019. O prestador de serviços gerais possui o EF e trabalha na instituição há três anos.

Em termos de infraestrutura, a creche possui portão eletrônico, serpentina sobre os muros palito, câmeras de segurança e vigilância instaladas nos pátios externo e interno. Como demonstra o Quadro 4, existem seis salas de aula que abrigam seis turmas: duas turmas de Berçário e duas de Maternal, que caracterizam o segmento creche, e duas turmas de Pré que caracterizam o segmento Pré-escola nesta instituição.

---

<sup>12</sup> Cf. Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional, no Estado do Paraná. Disponível em: <<http://senalbapr.com.br/publicador/uploads/arquivos/SECRASO%20-%20CCT%20Novembro%2020182019%20MTE.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2019.

Cada sala de aula possui mesas e cadeiras adequadas para atender às especificidades das crianças (altura, peso, ergonomia) e uma estante de MDF para acomodar o material escolar e de higiene desse público. As salas são pintadas em tons claros (amarelo) e possuem piso emborrachado para promover a segurança, bem como para manter a higiene do local. Ainda, as salas possuem cortinas e ventiladores e são iluminadas por lâmpadas fluorescentes, além de duas janelas basculantes por sala equipadas com grades segurança. De modo geral, todos os móveis e equipamentos disponibilizados pelo CEI estão em bom estado de conservação, assim como a infraestrutura predial.

As salas de aula que se configuram enquanto berçários possuem colchonetes e berços. É responsabilidade da família levar cobertores, travesseiros e materiais de higiene (fralda, pomada etc.) da criança diariamente para o CEI.

O CEI possui banheiros, feminino e masculino, com sanitários e duchas de banho adequados para as crianças e um específico para adultos. Há duas salas (uma para atender as crianças da creche e outra para as crianças da pré-escola) que funcionam como trocador de fraldas equipadas com material específico para a higienização e desinfecção do trocador e do funcionário a prestar o serviço.

Para recreação das crianças, há um pátio coberto equipado com brinquedos coloridos de plástico (escorregador, labirinto, túnel de centopeia, entre outros), com um aparelho de som, mesas e cadeiras, cantinho da leitura com *puffs* e sofás e cantinho do espelho. O pátio externo, com jardim, árvores e horta, é pintado com brincadeiras no chão (amarelinha, por exemplo) e possui casinhas de boneca de plástico e de madeira adequadas à altura das crianças e banquinhos em formato de carro. Para além dos citados, há brinquedos coloridos de plástico, em especial escorregadores de diversos tamanhos, balanços e gira-gira.

Ademais, às professoras são disponibilizados uma televisão tubular e um aparelho de DVD em cada sala de aula e uma caixa de som com *bluetooth* para uso coletivo.

Para alimentação das crianças e dos funcionários são servidas quatro refeições diárias. Esse alimento é preparado em uma cozinha industrial equipada com fogão, geladeira, micro-ondas, forno e coifa.

Quanto ao uniforme, as professoras vestem jaleco (não-padronizado), as cozinheiras usam aventais, toucas e sapatos fechados. As crianças podem adquirir um uniforme, porém, sua compra e uso não são obrigatórios. O transporte das

crianças, bem como assistência à saúde e odontológica não são fornecidas pelo CEI.

Diante da descrição do CEI e de sua estrutura, não há dados suficientes que possam caracterizá-lo em termos de qualidade. O que fica claro a partir da observação da pesquisadora é a adequação dos espaços no que diz respeito à limpeza, aos materiais utilizados e ao preparo dos alimentos, por exemplo. A pesquisa não observou as aulas junto aos alunos e professoras para descrever ou valorar questões de conteúdo, pois não era intenção deste texto discorrer sobre a qualidade da educação infantil na unidade em estudo. Mesmo assim, aponta-se para a inadequação dos aparelhos eletrônicos (TV e *bluetooth*) para as crianças dessa faixa etária, por exemplo.

#### 4.3.3 Análise do financiamento do CEI Contratado

Constituem-se como fontes de receita, conforme relatado pela direção do CEI: (a) os recursos oriundos do contrato com a PMC; (b) as contribuições das famílias; e (c) os recursos da mantenedora. A PMC repassou por aluno ao ano, em 2018, R\$ 5.318,04 para o segmento creche e R\$ 4.792,80 para o segmento pré-escola, o que representa o valor de R\$ 443,17 por aluno ao mês na creche e R\$399,40 por aluno na pré-escola. Mensalmente é repassada a frequência das crianças atendidas pelo CEI à PMC com vistas a comprovar sua matrícula e, mediante apresentação de nota fiscal, manter o repasse dos recursos.

As famílias contribuem mensalmente com quantias que variam entre R\$ 200 e R\$ 400, como acordado entre o CEI e os responsáveis das crianças. De acordo com a Gestão do CEI, referente às matrículas de 2019, oito crianças são bolsistas<sup>13</sup> e têm suas despesas cobertas pela mantenedora (desses bolsistas, três são filhos de professoras do CEI). Quanto às mensalidades, uma família contribui com R\$ 200,00, outra família com R\$ 250,00 e 10 famílias com R\$ 350,00 porque possuem mais de um filho matriculado. As outras 84 famílias contribuem mensalmente com a quantia de R\$ 400,00<sup>14</sup>. Desse modo, estima-se que o CEI teve em 2019 uma receita total

---

<sup>13</sup> A mantenedora provê bolsas de estudo às crianças cujas famílias não consigam manter a contribuição mensal. Essas bolsas são concedidas a partir da avaliação do conselho do CEI em acordo com a mantenedora.

<sup>14</sup> Dados informados pela Gestão referentes ao mês de agosto de 2019.

em torno de R\$ 984.700, considerando os repasses da PMC e das contribuições das famílias referente às 104 crianças matriculadas.

Para além dos recursos financeiros, o CEI recebe doações de alimentos. A PMC fornece, ocasionalmente, alimentos não-perecíveis disponíveis em seu estoque, as famílias contribuem voluntariamente com pequenas quantidades de frutas e verduras fornecidos semanalmente, uma associação religiosa fornece alimentos a partir de uma lista elaborada trimestralmente pela coordenação e a mantenedora do CEI complementa financeiramente na ausência de recursos para a compra desses alimentos.

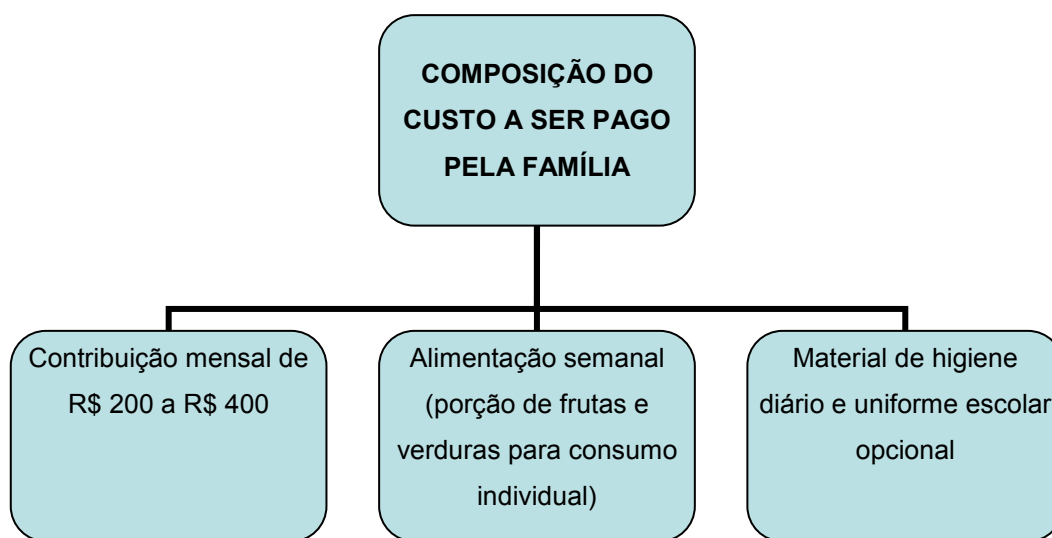
Diante do exposto, em relação à composição da receita do CEI, enfatizam-se os artigos 205, 206 e 208 da CF/88 que fazem referência à educação como direito de todos e dever do Estado e da família; aos princípios de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e de gratuidade do ensino público; e à oferta da EI pelo Município em regime de colaboração, respectivamente. Enfatiza-se ainda a inclusão da EI como parte da EB, de acordo com a LDB e tantos documentos que tratam dos direitos das crianças e das famílias. Ao trazê-los à tona, percebe-se a ilegalidade no funcionamento da política de credenciamento em Curitiba, pois, embora no texto do edital se fale sobre a impossibilidade de cobrança de quaisquer valores das famílias, segundo a direção do CEI, a PMC tem ciência da contribuição feita pelas famílias – por mais que não possua gerência sobre eles –, e esta é utilizada para complementar os recursos públicos recebidos.

Sobre isso, observe-se a Figura 1. A família, para ter acesso ao atendimento de suas crianças em creche, submete-se à lista de espera e que, em não havendo vaga em estabelecimento próprio, vai depender da disponibilidade de vagas na lista das conveniadas com a PMC. Na unidade em questão, a família se sujeita ao pagamento de uma contribuição definida/negociada no ato de matrícula, adicionada de alimentação e material de higiene.

Assim, são três as formas de cobrança da família, mesmo havendo leis que garantam a oferta da creche e que tratem de princípios de gratuidade e de igualdade de acesso. A questão de cobrança é reforçada a partir da presença de carnês para as famílias, que materializam o entendimento de cobrança em mensalidade. Ainda, questiona-se a existência de bolsistas em uma instituição conveniada que recebe recursos públicos para atender a população. Carnê e condição de bolsista reforçam o caráter privatizador da EI pela PMC. Em outros termos, há tanto ilegalidade por

parte do CEI quanto naturalização da ilegalidade quando a PMC é ciente do que acontece na condição de responsável por fiscalizar e não toma as devidas ações para que haja a correção da irregularidade.

FIGURA 1: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO CEI



FONTE: Autora (2019).

Além disso, apesar de a PMC destinar um valor fixo mensal por criança (R\$ 443,17) no segmento creche, o valor máximo pago pelas famílias (R\$400,00) é 90,25% do montante repassado pela PMC, o que sugere que o valor proveniente da PMC não é suficiente para cobrir todas as despesas (pagamento de professores e outros funcionários da instituição, alimentação de qualidade, higiene, formação, entre outros), o que deixaria para a família e para a mantenedora o pagamento (contribuição mensal e alimentação) dos outros custos com o objetivo de manter a oferta da educação. Essa leitura ajuda a evidenciar a justificativa do Poder Público para recorrer ao conveniamento, que seria uma estratégia de barateamento de custos ao invés do investimento na ampliação e no desenvolvimento de sua rede própria, por mais que os dados indiquem que a PMC tem receita suficiente para suprir essa demanda (Cf. Tabela 6) e repassa somente 54% da receita por aluno que dispõe, aproximadamente.

Em termos de valor custo-aluno, a partir dos dados coletados em 2018, sabe-se que a PMC repassou o valor mensal de R\$ 443,17 por criança na creche (Decreto nº 496/2018) e as famílias repassaram o valor médio de R\$ 361,05, conforme informado pela gestão do CEI no mês de agosto/2019. Dessa maneira,

utilizando o repasse da PMC somado ao valor do repasse das famílias (R\$ 400,00<sup>15</sup>), desconsiderando-se outras contribuições e fontes, calcula-se um custo-aluno para o segmento creche aproximado de R\$ 843,17 por mês e de R\$ 10.118,04 por ano. Esse valor é muito próximo à receita-aluno anual que Curitiba dispõe (R\$ 9.843,79, conforme composição de receitas apresentada na Tabela 6). Esse cálculo serve como base para comparar o que o SimCAQ indica como sendo ideal para uma educação de qualidade para a modalidade, segmento e localização (R\$ 1.594,33 ao mês e R\$ 19.132,00 ao ano). Os valores demonstram que seria necessário um investimento de 89,08% por parte do poder público para se alcançar o proposto pelo CAQi e, conseqüentemente, para se possibilitar uma educação em condições de qualidade.

Em relação às despesas, retoma-se os valores apresentados como salários para as professoras do CEI contratado. O valor a elas repassado (R\$ 2.557,74) corresponde ao piso do magistério, nível médio de escolaridade, mesmo que todas possuam nível superior (graduação em Pedagogia e/ou especialização). Na rede própria (CMEI), existem duas categorias de professores de EI definidas por concurso: as docentes (graduadas) e as educadoras (magistério) com carga horária de trabalho de 20 horas e 40 horas respectivamente. O piso salarial de início de carreira para educadora é de R\$ 2.372,47 ao mês para uma jornada semanal de 40 horas, de acordo com a Lei nº 14580/2014 e as docentes contam com o piso de R\$ 1.975,69, de acordo com a Lei nº 10.190/2001<sup>16</sup>, para uma jornada semanal de 20 horas. Assim, para o segmento creche, uma educadora (magistério) assume a turma em período integral (de acordo com número de crianças por professor) e para o segmento pré-escola, uma docente assume meio período com as crianças e duas educadoras assumem outro meio período, diferentemente do que ocorre no CEI em estudo, onde quem assume ambos os segmentos creche e pré-escola são professoras graduadas em Pedagogia.

Evidencia-se que o valor do salário das professoras do CEI é um pouco superior ao valor base da categoria das educadoras do CMEI, que trabalham a mesma carga horária, mas tem remuneração inferior a recebida pelas docentes

---

<sup>15</sup> Considerou-se o valor de R\$ 400,00 por ser a contribuição feita pela maior parte das famílias (83,16%) ao CEI, sem contar com os repasses da mantenedora.

<sup>16</sup> Dados disponíveis no sítio Portal da Transparência de Curitiba. Disponível em: <[http://multimidia.transparencia.curitiba.pr.gov.br/funcionarios/tabela\\_salarial2808.pdf](http://multimidia.transparencia.curitiba.pr.gov.br/funcionarios/tabela_salarial2808.pdf)> Acesso em: 11 set. 2019.

graduadas contratadas pela rede municipal, que trabalham por menos tempo. Sabe-se também que todos os profissionais da educação do município concursados têm progressões de carreira conforme avanços na formação continuada e tempo de serviço.

Assim, entende-se que o salário das professoras repassado às instituições contratadas se constitui como uma das razões pelas quais a PMC decida pelo conveniamento/contratação das instituições privadas, uma vez que o custo para sua manutenção se torna menor, os serviços concedidos pelas contratadas são conhecidos pela PMC e pela comunidade atendida e o atendimento da demanda desse contingente é feito com rapidez. Esse dado confirma os estudos de Oliveira e Borghi (2013) no que diz respeito às justificativas para o conveniamento com a esfera privada de educação. O que difere o conveniamento em Curitiba e em outros municípios brasileiros é que não há empréstimo de professores da rede pública ou de outros profissionais para o setor privado, embora o terreno onde o CEI foi construído tenha sido cedido pela PMC em comodato (vide BORGHI, ADRIÃO, GARCIA, 2011 para municípios em São Paulo). Em Curitiba, de acordo com o caso estudado regido sob o Edital de contratação, vigente de 2015 a 2019, somente há o repasse de valores fixos para os CEI e a distribuição esporádica de alguns alimentos. Fica sob responsabilidade da instituição contratada toda a gestão, manutenção e oferta de ensino para as crianças.

A partir dos dados desse estudo, para que o atendimento das crianças em creche em instituições conveniadas acontecesse em Curitiba, houve um barateamento baseado nas condições não adequadas de trabalho dos professores, que possuem maior nível de formação, ficam mais tempo em sala de aula, não têm horas-atividade e recebem menos do que deveriam se levar em conta sua titulação.

#### 4.3.4 Avaliação das condições de oferta do CEI Contratado

Na perspectiva da direção do CEI Contratado, a qualidade ofertada pela creche é alta e está materializada na contratação de professoras formadas e dedicadas ao seu público, na preparação e fornecimento de alimentos frescos, diversificados e saudáveis para as crianças e para os funcionários, na manutenção predial e na limpeza geral diária do CEI. Ademais, o CEI mantém sua reputação

desde sua criação por investir no cunho social e por agregar profissionais que moram no entorno da comunidade.

Na perspectiva da mãe de uma criança matriculada nesta creche conveniada, expressa por meio de entrevista, as condições de oferta da creche são apropriadas. Em termos de composição familiar e de renda, a família alegou ser constituída, atualmente, por mãe recentemente divorciada, 24 anos de idade, filho de um ano e quatro meses, avó, avô e tia da criança. À época da procura pela creche, a família (pai, mãe e filho) possuía renda de aproximadamente quatro salários mínimos<sup>17</sup>.

Como critérios para a escolha do CEI foram ressaltados: 1) não ter com quem deixar o filho; 2) ter de trabalhar; e 3) almejar promover o bom desenvolvimento da criança. À época da matrícula, em fevereiro de 2019, a criança estava com nove meses, porém ela já havia entrado em lista de espera em dezembro de 2018.

A mãe relatou haver pesquisado outras instituições privadas particulares, porém seu custo não estava dentro do orçamento daquela família. Assim, optou por deixar o nome de seu filho na lista de espera do CEI, que havia lançado um edital em dezembro de 2018. Pela pouca quantidade de vagas, a criança só veio a ser chamada após casos de desistência, dois meses após sua inscrição.

De acordo com a mãe, no ato da matrícula é repassada uma lista com o material necessário e o valor da contribuição mensal de R\$ 400,00 e é pedida uma pequena quantidade de frutas e verduras semanalmente (referente a uma criança) a ser adicionada a de outras famílias e utilizada (de forma complementar) para a alimentação das crianças. A “contribuição” mensal é feita diretamente no CEI via carnê, isto é, o valor está institucionalizado com meio de cobrança estabelecido. O valor é apresentado como uma contribuição, e não como uma mensalidade. Apesar disso, conforme indica a gestão do CEI, uma vez matriculada na instituição, a vaga da criança cuja família não possua recursos estará garantida mediante a realização ou não da contribuição, por mais que o número de isentos seja baixo com relação ao total de crianças atendidas.

De acordo com a mãe entrevistada, no que se refere ao espaço físico, à localização, aos profissionais e à higiene, o CEI fornece um ambiente familiar acolhedor, propício ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Em seus termos: “sinto como se estivesse deixando meu filho com uma pessoa da

---

<sup>17</sup> No ano de 2018, o salário mínimo era de R\$ 954,00, de acordo com o Decreto nº 9255/2017.



família”. A mãe relata que seu filho apresenta prazer em ir ao CEI. Ela avalia os funcionários como sendo ótimos profissionais e, como consequência, afirma que não trocaria sua vaga por uma vaga em uma instituição pública (CMEI) que, em sua visão, seria mais desorganizada e não atenderia tão bem a sua criança. Desse modo, percebe-se que a mãe adota uma lógica em que o público é definido em relação ao privado, que regula o que é educação em termos de qualidade, eficiência, competitividade e mercado e fortalece a crença na falência do público devido à “crise” do Estado. (ADRIÃO, PERONI, 2009, PERONI, 2018).

Considerando o relato da mãe entrevistada e da direção do CEI Contratado, observou-se que o atendimento ofertado pela instituição é reconhecido pela comunidade que mora e/ou trabalha no bairro. Essa informação, no entanto, é insuficiente para caracterizar o atendimento como de qualidade.

O mecanismo de financiamento da educação infantil em creches conveniadas com a prefeitura se mostrou “conveniente” para todos os que estão nele envolvidos: para a PMC que consegue atender um contingente maior de crianças que sua rede própria não abarca e que, para isso, gasta menos do que o que precisaria para investir na expansão e melhoria de sua rede própria; para os CEI que conseguem manter seu funcionamento; e para as famílias que podem pagar o valor pedido e que usufruem dos serviços do CEI.

Entretanto, isso não significa que esteja havendo uma ampliação no número de convênios com a PMC. Como já demonstraram os dados da Tabela 3, observando-se a série histórica de 2013 a 2018, o número de matrículas da rede própria de ensino para o segmento creche caiu 41,62%, porém, para o segmento pré-escola, o número cresceu em 102,39%. Além disso, o número de matrículas em instituições conveniadas diminuiu 5,56% para o segmento creche e 33,93% para o segmento pré-escola no mesmo período.

Em termos gerais, a unidade analisada difere do que relatam as pesquisas (cf. subseção 2.4) que demonstraram a necessidade de contratação de instituições privadas para atender a um número maior de crianças, em especial, vindas da população mais pobre (BRASIL, 2009b). Devido à cobrança de mensalidade, o CEI em estudo atende um público majoritariamente de classe média baixa, que pode arcar com os custos (contribuição mensal, transporte e auxílio complementar para alimentação).

Em Curitiba, o maior número de atendimento da EI está concentrado na rede pública (em 2018, das 29.125 matrículas em creche, 13.405 estão na rede própria), diferentemente dos estudos de Peroni et al. (2009) que demonstram o predomínio e a ampliação dos convênios em detrimento das creches municipais na oferta da EI. Apesar disso, a oferta de ensino nas instituições privadas vem aumentando. (vide Tabela 3).

Quanto às instituições conveniadas, como relatado pela Gerência, não há intenção da PMC em ampliar o número de contratos com instituições privadas sem fins lucrativos. Os CEI permanecem como um apoio para lidar com a demanda da população local por creche, segundo a PMC. No entanto, ao mesmo tempo em que se afirma a não ampliação dos convênios, não há expansão e manutenção da rede própria e, como demonstra o novo edital, há a abertura para as instituições privadas com fins lucrativos para receber financiamento público.

A PMC, diferente do que ocorre em outros estados (cf. OLIVEIRA, BORGHI, 2013; BASSI, 2011, ARAÚJO, 2015), repassa um valor fixo mensal de acordo com as matrículas, valor um pouco superior ao previsto pelo Fundeb. Ou seja, no município de Curitiba, não há instituições conveniadas com profissionais do magistério cedidos pelo Poder Público, nem instituições subvencionadas, tampouco o repasse de quaisquer outros tipos de recursos (material didático e alimentação mensal, por exemplo). Mesmo assim, não se pode esquecer que o município de Curitiba possui fontes diversas para a composição de sua receita (Tabela 6). Em porcentagem, 52,8% da receita vinculada após redistribuição do Fundeb é oriunda de arrecadação própria. O Fundeb representa 41% da receita total. Esse dado demonstra que a PMC investe pouco mais do que está previsto no Fundeb, mas que teria capacidade de investir o valor ideal demonstrado pelo SimCAQ (Tabela 1).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa almejou analisar a política de contratação e o financiamento de Centros de Educação Infantil privados sem fins lucrativos a partir da análise da unidade contratada, no município de Curitiba/PR em 2018. Para isso, utilizou como pano de fundo a relação público-privada na oferta da EI no contexto brasileiro. Tomando a abertura da legislação brasileira para a existência de repasses do setor público ao setor privado para atender a demanda educacional da população, a pesquisa se propôs a responder duas questões: Como se dá o financiamento da oferta educacional em instituições conveniadas com o poder público? Quais são as condições de oferta nessas instituições?

Em relação à primeira questão, vinculada ao objetivo específico “Analisar o processo de credenciamento e contratação e os mecanismos de financiamento das entidades privadas de Educação Infantil”, verificou-se que há, desde 2015, um edital de credenciamento para as instituições privadas sem fins lucrativos firmarem convênio com a PMC. Neste edital, com vigência de janeiro de 2016 a dezembro de 2019, estão previstos critérios a serem cumpridos pelas instituições para que o contrato possa ser celebrado. Um deles é o permanente acompanhamento técnico e pedagógico dessas instituições pela SME.

Em relação aos mecanismos de financiamento, averiguou-se que, apesar de a PMC contar com diversas fontes de receita destinadas à educação básica, os valores repassados às instituições privadas sem fins lucrativos para o segmento creche são pouco maiores do que o valor-aluno estimado pelo Fundeb, administrados e repassados pela PMC. Assim, o cálculo para o repasse do valor por criança em creche é feito com base no número de matrículas daquela instituição, repasse esse que é acompanhado mensalmente por meio da emissão de uma nota fiscal.

Mostrou-se, com os dados da Tabela 6, que o montante repassado aos CEI contratados (R\$ 46.598.359,25) representou 11,84% do total de despesas com Educação Infantil (R\$ 393.482.043,49) e apenas 3,27% da receita total destinada à EB no município de Curitiba. Isso não implica que mais recursos devam ser repassados à iniciativa privada, mas sim que o valor atualmente destinado a esse segmento é baixo e influencia diretamente na materialização das políticas educacionais como se apresentam atualmente, por meio, por exemplo, do

conveniamento, que é mais barato aos cofres públicos, demanda menos responsabilidades.

Os resultados dessa pesquisa, portanto, corroboram o estudo de Oliveira e Borghi (2013) que vê a prática de conveniamento para atendimento à creche como sendo uma estratégia política porque traz mais facilidade no pronto atendimento à demanda no sentido de instalações, professores, de modo a suprir as necessidades que essa faixa etária precisa. Também é uma estratégia contratar instituições para atendimento da EI na creche porque os repasses se tornam abaixo do custo da sua unidade própria.

Em relação à segunda questão, vinculada ao objetivo específico “Avaliar as condições de oferta da Educação Infantil em uma entidade conveniada”, observou-se que a instituição contratada deve seguir os princípios, parâmetros e Leis que regem a educação infantil pública, o que inclui a participação em formações continuadas ministradas pela SME e o seguimento do referencial curricular proposto pela SME para sua rede própria (CMEI). Contudo, ficou claro que a fiscalização por conta da PMC é quase inexistente, tendo em vista que há somente um funcionário para supervisionar todas as 75 unidades contratadas e a ilegalidade com que os convênios ocorrem, permitindo a cobrança de mensalidade das famílias cujos filhos estão matriculados em CEI.

Destaca-se, para fins de análise, o Decreto nº 6.253, de 2007. Este documento, dentre tantas especificações, proíbe cobrança de qualquer tipo à família a ser atendida pela instituição, exige a comprovação de finalidade não lucrativa e demanda a garantia de padrões mínimos de qualidade na oferta da educação, critérios também fundantes nos termos do Edital, mas que na prática não se consolidam.

Diante dessas especificações, observa-se que o CEI contratado recebe o que ele chama de “contribuição” voluntária das famílias: o valor de R\$400,00, uma pequena quantidade de frutas e verduras fornecidos semanalmente para cada criança e itens de higiene pessoal necessários para a estadia diária das crianças, o que pode caracterizar seu público como fazendo parte majoritariamente da classe média baixa. Em outros termos, diferente do que aponta Brasil (2009b), a população atendida pelos CEI em Curitiba não vem da população vulnerabilizada, mas de classe média baixa capaz de cobrir os custos (contribuição mensal, transporte e auxílio complementar para alimentação) demandados pelo CEI. Esse atendimento,

portanto, reforça a oferta desigual para a população mais vulnerabilizada (afrodescendentes, pobres, camponeses e minorias, em geral) que não têm condições de arcar com esses valores, indica a distinção de status entre os públicos, deslegitima a letra da lei em termos de gratuidade e oferta pública, enfraquece e desvaloriza o sistema público de educação e contribui para a interrupção do projeto de democratização do acesso à educação. Mais do que isso, reflete não o investimento da PMC na educação pública por vias privadas, mas a ressignificação do papel do Estado para com a educação com o projeto de nação e de direitos sociais cada vez mais escassos.

As mensalidades são repassadas ao CEI para complementar os valores pagos pela PMC. Apesar de não possuir gerência sobre os valores repassados pela família, os gestores da instituição afirmaram que a PMC está ciente desse repasse. Sobre isso, os gestores do CEI afirmam que os insumos providos pelas famílias servem somente para a continuidade do bom funcionamento e da qualidade do atendimento educacional (ênfatisando-se o cuidar e o educar) do CEI em questão e que sem esse valor, seu funcionamento não seria possível. Como destacado anteriormente, reforça-se a prática da ilegalidade e/ou da naturalização da ilegalidade com benefícios para o setor privado quando se fere os princípios elencados no artigo 206 da CF/88, bem como o próprio direito à educação, reafirmado em outros documentos.

Deve-se destacar que é dever do Estado ofertar e ampliar sua rede pública de ensino, porém é frequente a política de conveniamento acordada entre os setores público e privado. Assim, em vez de investir em sua rede, a prefeitura destina parte dos recursos a instituições que conseguem comprovar a oferta de uma educação já reconhecida pela população local, com prédio e professores próprios. Essa estratégia reforça a presença do setor privado no setor público na área de educação infantil também em Curitiba.

Por mais que o número de matrículas tenha diminuído na escala temporal, o atendimento de crianças de zero a três anos em entidades conveniadas no município de Curitiba atinge 20% da oferta total, de acordo com dados de 2018. A análise da unidade contratada demonstrou que o valor repassado pela PMC é quase o mesmo fornecido pelas famílias para garantir a qualidade da educação da creche, o que comprova que o investimento para esse contingente ainda está longe do que deveria ser.

Relembre-se aqui as estimativas do SimCAQ muito divergentes dos repasses atuais, levando em consideração o CAQi e os parâmetros de qualidade. Enquanto o SimCAQ prevê o valor por aluno/ano de R\$ 19.132,00 para a creche, o valor anual sugerido pelo Fundeb no Paraná em 2018 é de R\$ 4.005,65, ao passo que o valor repassado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) para a instituição privada conveniada analisada, para esse segmento, é de R\$ 5.318,04. Desse modo, apesar de os valores repassados pela PMC às instituições conveniadas serem superiores aos valores previstos pelo Fundeb, percebe-se que ambos ainda ficam aquém de uma distribuição de recursos que seria considerada ideal para esse público, preferencialmente na rede municipal, conforme estimativas do SimCAQ – mesmo dispondo de recursos para investir mais.

Ainda, notou-se que, para o pagamento das professoras que trabalham nesse CEI, utiliza-se o parâmetro de remuneração dos profissionais do Magistério, nível médio, mesmo essas sendo graduadas e algumas possuindo pós-graduação *lato sensu*.

Assim, diante da demanda manifesta pela população por educação em creche, o Estado atua em benefício do setor privado, destinando parte de seus recursos para instituições privadas sem fins lucrativos, ao firmar convênios por meio de contratos.

Em geral, os CEI funcionam de diferentes formas e atendem públicos específicos. Isso significa que podem ter regras internas de funcionamento distintas das que foram neste trabalho exploradas, como por exemplo, podem não garantir a matrícula das crianças que não mais conseguem contribuir, ou ainda podem pedir auxílio com o material. Essas distinções não são de gerência da PMC, mas sim são acordadas entre os gestores dos CEI e as famílias.

Por um lado, o conveniamento da PMC com o CEI reforça a política neoliberal e o esvaziamento do dever do Estado de uma educação pública, gratuita e de qualidade para com a população. Por outro, é uma estratégia para atender às demandas das famílias por cuidados e educação de suas crianças, enquanto não há intenções de investir mais expressivamente em sua rede própria.

No CEI contratado, como relatado pela mãe entrevistada, avalia-se que as exigências dos pais por um espaço apropriado que respeite sua criança como pessoa, que cuide de suas necessidades fisiológicas (higiene, alimentação) e que invista no desenvolvimento social e cognitivo de seus filhos foi atendido, e que por

isso eles entendem a “contribuição” como benéfica para a manutenção da oferta de ensino da instituição. Ademais, por ser uma instituição que possui baixa rotatividade de funcionários, o espaço é interpretado como sendo uma “segunda casa”, um espaço de confiança, que possibilita a criação de vínculos entre as famílias, as crianças e o CEI.

Como relembra Corrêa (2011), para que haja qualidade na educação, necessário se faz a estreita ligação entre leis, financiamento e fiscalização. Diante do apresentado, são recentes as leis (PNE e EC nº 59, de 2009) e não cumpridos os prazos que se voltam especificamente para a educação infantil. Para a creche, o que existe são intenções e metas. Por isso, muito ainda há que se pesquisar e caminhar para a garantia de uma educação pública de qualidade para as crianças.

Finalmente, diante dos resultados obtidos, entende-se que houve algumas limitações em virtude do método escolhido, como o pouco controle que a pesquisadora teve sobre o caso (o não contato com a mantenedora e os acontecimentos com a coordenação do CEI que impossibilitaram o acesso à contabilidade, por exemplo). Contudo, não foi foco dessa pesquisa mapear todas as instituições contratadas do município, fornecer dados sobre o financiamento de todos os CEI e tampouco analisar a qualidade da oferta da educação no segmento creche em Curitiba. Esses e outros são tópicos para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, p. 107-116. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v3i4.105>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ARAÚJO, Luiz. **Estado da arte da relação público e privado na educação básica**. FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação, v. 5, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-68060>>. Acesso em: 20 jul. de 2018.

BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 142, p. 116-141, abril de 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100007>>. Acesso em 26 jun. 2018.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano. **O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980**. Revista Brasileira de História da Educação, s/v, n° 5, p. 253-276, jan./jun. 2003.

BORGHI, Raquel Fontes; ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na educação infantil: um estudo em municípios paulistas. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, v. 92, n. 231, p.285-301, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.92i231.534>>. Acesso em 22 jul. 2018.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, vol. 97 n. 247 set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s2176-6681/278133671>>. Acesso em 24 jul. 2018.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 28 de ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição, 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9255.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9255.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das



Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 1996. Seção 1, p. 18109.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dez. 2006. Seção 1, p. 5.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2009a. Seção 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990 – retificado em 27 set. 1990. Seção 1, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 4 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1 – p. 27833.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 maio. 2000. Seção 1, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de

junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional. **Diário Oficial da União**, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) > Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: < [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) >. Acesso em 17 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/consultas/> >. Acesso em: 22 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. INEP. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacaodapublicacao//asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034](http://portal.inep.gov.br/informacaodapublicacao//asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034). Acesso em 03 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Orientações sobre convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil**. Brasília, 2009b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/407-orientacoes-convenio> >. Acesso em: 16 set. 2018.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONTRATADO. **Projeto Político Pedagógico**. Curitiba, 2015.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. Deliberação nº 02, de 10 outubro de 2012. Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 15 abr. 2013. Disponível em: < <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2014/4/pdf/00031410.pdf> >. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 869, de 27 de abril de 2017. Estabelece valores para reajuste das entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais sem fins lucrativos, que celebraram contrato com o Município para atendimento de até 9.862 vagas em turno integral de crianças de 4 meses a 5 anos, sendo até 7.123 crianças de 4 meses a 3 anos e até 2.739 crianças de 4 a 5 anos, distribuídas pelos Núcleos Regionais da Educação do Município, conforme demanda existente. **Diário Oficial Executivo**, nº 130 de 12 jul. 2017. Disponível em: < <http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/> >. Acesso em: 22 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 496, de 17 de maio de 2018. Estabelece valores para reajuste das entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais sem fins lucrativos, que celebraram contrato com o Município para atendimento de até 9.862 vagas em turno integral de crianças de 4 meses a 5 anos, sendo até 7.123, crianças de 4 meses a 3 anos e até 2.739 crianças de 4 a 5 anos, distribuídas pelos Núcleos Regionais da Educação do Município, conforme demanda existente. **Diário Oficial Executivo**, nº 103 de 06 jun. 2018. Disponível em: < <http://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. 2006b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. **Edital de Credenciamento de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, sem fins lucrativos**. Curitiba, 2015. Disponível em: < <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00172125.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. **Parâmetros e indicadores de qualidade para os centros de Educação Infantil conveniados com a prefeitura municipal de Curitiba**. Curitiba: 2011. Disponível em: < <http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivos/9326/download9326.pdf>> Acesso em: 2 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. Instrução Normativa nº 3. Orienta as matrículas para o ano letivo de 2019 nas Instituições de Educação e Ensino da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 28 set. 2018a. Disponível em: <<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/legislacao-educacao-infantil/4884#INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%202>>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. **Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações**. Disponível em: < <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/informacoes-educacionais/3659>> Acesso em: 2 set. 2018b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.190, de 28 de junho de 2001. **Institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal**, Alterando as leis nº 8580/94, 6761/85 e 8579/94. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2001/1019/10190/lei-ordinaria-n-10190-2001-institui-o-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-municipal-alterando-as-leis-n-8580-94-6761-85-e-8579-94>> Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.090, de 19 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Ensino**. Sistema de Proposições Legislativas, Curitiba, 19 dez. 2006a. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2006/1209/12090/lei-ordinaria-n-12090-2006-dispoe-sobre-a-organizacao-do-sistema-municipal-de-ensino-sismen>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.544, de 11 de novembro de 2014. **Institui o Plano de Carreira do Magistério de Curitiba**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1454/14544/lei-ordinaria-n-14544-2014-institui-o-plano-de-carreira-do-profissional-do-magisterio-de-curitiba>> Acesso em: 12 set. 2019.

CORRÊA, Bianca Cristina. Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. **Jornal de políticas educacionais**, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v5i9.25172>>. Acesso: em 01 ago. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação infantil como direito**. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. II. Brasília: MEC, 1998.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai.. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; BUENO, Maria Sylvia Simões. O público e o privado em educação. WITTMANN, L. C.; GRACINDO, RV. **O Estado do Arte e Gestão da Educação no Brasil**, 1991.

\_\_\_\_\_, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. 2009.

DE OLIVEIRA, Romualdo Portela; DE ARAUJO, Gilda Cardoso. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, Jan /Fev /Mar /Abr, p. 5-24, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

IPPUC. Curitiba em Dados. 2010. Disponível em: <[https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D356/D356\\_003\\_BR.pdf](https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D356/D356_003_BR.pdf)> Acesso em: 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, Jaqueline dos Santos; BORGHI, Raquel Fontes. Arranjos institucionais entre o poder público municipal e instituições privadas para oferta de vagas na educação infantil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, 2013.

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. Crenças e valores dos profissionais de creche e a importância da formação continuada na construção de um novo papel junto à criança de 0 a 3 anos. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 89-97, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago., 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. et al. Creches: Crianças faz de conta & cia. Petrópolis: **Vozes**, 1992.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Deliberação nº 02, de 03 de dezembro de 2014. Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba, PR, 2014. **Diário Oficial Executivo**, edição nº 9354 de 15 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del\\_02\\_14.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del_02_14.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; DE OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; FERNANDES, Maria Dilméia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública** – UFMT, v. 19, p. 215-227, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira ; BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte; BERNARDI, Liane Maria ; COMERLATTO, Luciani Paz ; CAETANO, Maria Raquel. Relações entre o Público e o Privado na Educação Básica Brasileira: implicações para processos de democratização. **Políticas Educativas**, v. 7, p. 92-109, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Rev. Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, v. 9, p. 337-352, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; COMERLATTO, Luciani Paz. Parceria público-privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva**, v. 35, n. 1, p. 113-133, 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação e Sociedade [online]**, vol.37, n.134, pp.133-152. ISSN 1678-4626, mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157682>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PIRES, Daniela de Oliveira. O histórico da relação Público-Privada no Brasil na promoção do direito à educação. **e-hum**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/dchla/article/view/873>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TRIPODI, Zara Figueiredo; SOUSA, Sandra Zákia. Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 228-253, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053144800>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

## APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A acadêmica Viviane Andreia Sgarioni Cassemiro, mestranda da linha de Políticas Educacionais, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), está desenvolvendo pesquisa sob a orientação do Professor Dr. Thiago Alves, cujo tema é FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA COM ENTIDADES CONTRATADAS com o objetivo geral de analisar as parcerias público-privadas da Educação Infantil que tem sido firmadas pelo poder público na Educação Básica na cidade de Curitiba/PR.

A pesquisadora é responsável pela realização do levantamento, mantendo o compromisso de compatibilizar as necessidades da pesquisa com o respeito à confidencialidade dos dados coletados.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu, \_\_\_\_\_, aceito voluntariamente a participar deste estudo.

Em caso positivo: concordo com a identificação do meu cargo em relatórios da pesquisa e publicações:

- (    ) sim (    ) não

Concordo com a identificação de meu nome nos relatórios da pesquisa e publicações associadas:

- (    ) sim      (    ) não

Concordo com a gravação em áudio da entrevista:

- (    ) sim      (    ) não

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura da/o Entrevistada/o

---

Assinatura da Pesquisadora

## **APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GERÊNCIA E O ASSESSOR FINANCEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- 1) Tempo que exerce na gerência dos CEI contratados?
- 2) Poderia falar um pouco sobre o desenvolvimento e ampliação dos CEI contratados em Curitiba nos últimos 5 anos (incluindo leis e decretos)?
- 3) Para compreender melhor o cenário das contratações, poderia descrever quais os motivos que levam a PMC a realizar os contratos com CEI?
- 4) Quais as exigências estabelecidas pela Prefeitura para a contratação dos CEI?
- 5) Como se dá o acompanhamento pedagógico dos CEI contratados?
- 6) Há alguma orientação da Secretaria de Educação para o CEI quanto a questão de priorização da oferta de vagas em relação às crianças de famílias mais carentes?
- 7) Referente a contribuição voluntária das famílias, existe algum controle realizado pela PMC referente aos valores praticados? Tem algum documento que possa detalhar melhor essa questão no sentido do que pode ou não por parte dos CEI? Há garantia de vaga caso não seja efetuada algum tipo de contribuição?
- 8) Tem conhecimento da demanda manifesta, a lista de espera nesses CEI?
- 9) Todas as creches estão integradas ao sistema municipal? Ou seja, alguma delas fazem parte da área de assistência social, não integradas ao sistema de ensino?
- 10) Existe algum programa para alimentação bem como material pedagógico?
- 11) Tempo que exerce na gerência financeira?
- 12) Quais os valores dos repasses para as CEI contratadas (creche e pré-escola) nos últimos 5 anos? E para a rede própria (CMEI)? Este valor é fixo e universal? É suficiente para atender todas as demandas das CEI?
- 13) Há o compromisso de prestar contas sobre os repasses realizados? Como é feita essa prestação de contas? O acesso à essa prestação de contas está disponível para o cidadão através do Portal da transparência?
- 14) Qual é a fonte de recursos para a manutenção dos contratos? Existe alguma complementação?
- 15) O valor que cada CEI recebe é definido por quem e é corrigido anualmente por qual índice?

### APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DO CEI

- 1)Qual a sua formação, função e a quanto tempo trabalha aqui?
- 2)Quanto tempo o CEI possui contrato com a PMC?
- 3)Quantas crianças atendem /integral/ professores por sala/ idade/ bairro/ crianças pobres, mista/
- 4)Você considera que o CEI oferece uma educação de qualidade?
- 5) Possui ajuda na merenda, material pedagógico?
- 6)Os alunos são participantes de algum tipo de benefício social (Bolsa Família)? Moram próximos?
- 7)Como são contratados os docentes ou estagiários e os critérios (formação, magistério)? Plano de carreira?
- 8)O projeto político pedagógico é igual ao da Rede? Os professores participam dos cursos de formação que a rede oferece?
- 9)Como é a relação entre o CEI com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC)?
- 10)Qual é a fiscalização e controle social que a PMC exerce?
- 11)Como é o processo e critérios para realizar a matrícula?
- 12)Existe fila (lista) de espera? Como a PMC sabe da necessidade da oferta de mais vagas?
- 13) Existe outros recursos extras para complementação? As vagas são destinadas somente para a família que consegue realizar a contribuição voluntária? Esses valores são definidos por quem?
- 14)O valor que a PMC repassa a mantenedora? Existe algum complemento para merenda e material escolar por exemplo?
- 15)Os recursos financeiros que a PMC repassa são suficientes para cobrir os gastos necessários?
- 16)Você considera que o CEI oferece uma educação de qualidade?
- 17) Possui ajuda na merenda, material pedagógico?
- 18)Como é feita a prestação de contas entre o CEI e a PMC?
- 19)Existe Conselho Escolar que acompanha a prestação de contas e a execução do repasse?



#### **APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FAMÍLIA**

- 1) Nome, idade, estado civil, renda familiar e local de residência?
- 2) Idade da criança, tempo que está no CEI?
- 3) Motivos que levou a procurar uma creche e como foi o processo de escolha?
- 4) Procurou alguma outra instituição pública ou particular antes do CEI?
- 5) Como foi a entrevista na escola para lista de espera?
- 6) Valores a ser pagos? Caso não venha a ter condições de pagar seu filho perde a vaga?
- 7) É solicitado algum outro tipo de pagamento como matrícula por exemplo?
- 8) Quanto a qualidade da educação no geral do CEI?
- 9) Quanto ao atendimento, aprendizado de seu filho?

## ANEXO 1 - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA


[Imprimir](#)

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

Curitiba - PR  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Período de Referência: 6º Bimestre/2018

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
		ATUALIZADA Até o Bimestre (a)	(b)	% (c) = (b/a) x 100
<b>1- RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>2.533.155.000,00</b>	<b>2.533.155.000,00</b>	<b>2.668.430.356,05</b>	<b>105,34</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	727.600.000,00	727.600.000,00	762.873.060,18	104,85
1.1.1- IPTU	645.200.000,00	645.200.000,00	663.027.548,32	102,76
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	82.400.000,00	82.400.000,00	99.845.511,86	121,17
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> - ITBI	289.555.000,00	289.555.000,00	330.174.848,32	114,03
1.2.1- ITBI	289.000.000,00	289.000.000,00	329.404.359,02	113,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	555.000,00	555.000,00	770.489,30	138,83
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.164.000.000,00	1.164.000.000,00	1.210.187.867,61	103,97
1.3.1- ISS	1.077.000.000,00	1.077.000.000,00	1.137.638.768,77	105,63
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	87.000.000,00	87.000.000,00	72.549.098,84	83,39
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	352.000.000,00	352.000.000,00	365.194.579,94	103,75
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>1.571.728.000,00</b>	<b>1.571.728.000,00</b>	<b>1.591.380.282,28</b>	<b>101,25</b>
2.1- Cota-Parte FPM	319.200.000,00	319.200.000,00	315.521.631,63	98,85
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	319.200.000,00	292.000.000,00	290.069.107,41	99,34
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	13.600.000,00	12.569.427,14	92,42
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	13.600.000,00	12.883.097,08	94,73

2.2- Cota-Parte ICMS	759.000.000,00	759.000.000,00	793.300.976,51	104,52
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	5.500.000,00	5.500.000,00	5.063.732,16	92,07
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	11.000.000,00	11.000.000,00	13.747.707,15	124,98
2.5- Cota-Parte ITR	28.000,00	28.000,00	21.828,07	77,96
2.6- Cota-Parte IPVA	477.000.000,00	477.000.000,00	463.724.406,76	97,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>4.104.883.000,00</b>	<b>4.104.883.000,00</b>	<b>4.259.810.638,33</b>	<b>103,77</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
		ATUALIZADA Até o Bimestre (a)	(b)	% (c) = (b/a) x 100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	502.000,00	502.000,00	3.020.263,80	601,65
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	84.828.000,00	84.828.000,00	71.864.886,82	84,72
5.1- Transferências do Salário-Educação	50.900.000,00	50.900.000,00	48.889.478,31	96,05
5.2- Transferências Diretas PDDE	1.300.000,00	1.300.000,00	1.600,00	0,12
5.3- Transferências Diretas PNAE	20.236.000,00	20.236.000,00	19.555.158,80	96,64
5.4- Transferências Diretas PNATE	0,00	0,00	495,72	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	12.392.000,00	12.392.000,00	2.947.063,77	23,78
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	471.090,22	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	640.000,00	640.000,00	3.312.526,14	517,58
6.1- Transferências de Convênios	640.000,00	640.000,00	3.310.429,97	517,25
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	2.096,17	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.750.000,00	19.750.000,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.800.000,00	1.800.000,00	9.182.194,07	510,12
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>107.520.000,00</b>	<b>107.520.000,00</b>	<b>87.379.870,83</b>	<b>81,27</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
		ATUALIZADA Até o Bimestre (a)	(b)	% (c) = (b/a) x 100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>308.906.000,00</b>	<b>308.906.000,00</b>	<b>313.185.606,40</b>	<b>101,39</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	58.400.000,00	58.400.000,00	58.013.821,18	99,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	151.800.000,00	151.800.000,00	158.660.195,05	104,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	1.100.000,00	1.100.000,00	1.012.746,36	92,07
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	2.200.000,00	2.200.000,00	2.749.541,45	124,98





26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	365.690.000,00	1.370.316.310,33	1.365.316.525,48	99,64	1.335.485.254,89	97,46	29.831.270,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							269.369.639,77
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							1.216,40
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4							0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)							218.237,70
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35)6							269.589.093,87
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))6							1.095.727.431,61
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% 5							25,72
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	51.527.594,75	48.072.023,61	93,29	42.303.016,04	82,10	5.769.007,57
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	51.150.725,51	34.447.985,71	67,35	30.805.313,87	60,22	3.642.671,84
43- TOTAL DAS OUTRAS							

**DESPESAS CUSTEADAS****COM RECEITAS****ADICIONAIS PARA**

0,00 102.678.320,26 82.520.009,32 80,37 73.108.329,91 71,20 9.411.679,41

**FINANCIAMENTO DO****ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)**

<b>44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)</b>	<b>365.690.000,00</b>	<b>1.472.994.630,59</b>	<b>1.447.836.534,80</b>	<b>98,29</b>	<b>1.408.593.584,80</b>	<b>95,63</b>	<b>39.242.950,00</b>
--	-----------------------	-------------------------	-------------------------	--------------	-------------------------	--------------	----------------------

<b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	<b>SALDO ATÉ O BIMESTRE</b>	<b>CANCELADO EM 2018(g)</b>
---	-----------------------------	-----------------------------

<b>45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE</b>	<b>40.529.537,15</b>	<b>218.237,70</b>
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	29.737.676,91	208.507,71
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	10.791.860,24	9.729,99

<b>CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>FUNDEB</b>	<b>SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	18.730.156,46	4.611.130,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	582.555.246,17	48.889.478,31
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	580.169.558,38	45.772.889,93
48.1- Orçamento do Exercício	561.645.775,40	41.579.947,50
48.2- Restos a Pagar	18.523.782,98	4.192.942,43
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.870.916,70	256.055,82
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	22.986.760,95	7.983.774,20
51- (+) AJUSTES	154.713,78	561,77
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	154.713,78	561,77
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	23.141.474,73	7.984.335,97

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988.

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

## ANEXO 2 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DOS CEI CONTRATADOS EM CURITIBA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – SME CREDENCIAMENTO

#### 1. PREÂMBULO

1.1 O Município de Curitiba torna público para conhecimento dos interessados que, mediante o Credenciamento, receberá propostas de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas, comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, localizadas no Município de Curitiba, que tenham interesse em firmar CONTRATO com esta Administração para o atendimento à criança na Educação Infantil, conforme os critérios especificados neste edital.

1.2 Este instrumento convocatório é regido pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado do Paraná, pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN), pela Lei nº 8.069/90(ECA), pela Lei nº. 8.666/93 (Lei das Licitações) e suas alterações, pela Lei Orgânica do Município, pelo Decreto Municipal nº 1644/2009, devidamente alterado pelo Decreto Municipal nº 1100/2014 e a Deliberação nº 02/2012, do Conselho Municipal da Educação de Curitiba e a Resolução SESA nº 162/2005.

#### 2. DO OBJETO:

2.1 O objeto deste edital é o Credenciamento de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar **CONTRATO** com esta Administração para o atendimento de **até 10.729** (dez mil setecentos e vinte e nove) vagas **em turno integral**, de crianças de zero (0) a cinco (05) anos na Educação Infantil, sendo **até 7431** crianças de 4 meses a 3 anos e **até 3298** crianças de 4 a 5 anos, distribuídas pelos Núcleos Regionais da Educação do Município. Essa distribuição de vagas poderá sofrer supressão ou acréscimo conforme demanda existente. Neste atendimento deve haver a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, considerando a



obrigatoriedade do fornecimento de refeições e o atendimento de todas as necessidades que fazem parte da aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, atendidas as condições de participação estabelecidas neste instrumento.

2.2 Para entidades credenciadas, o valor percapita/ano por criança de 4 (meses) a 3 (três) anos será de até R\$ 4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais) e para a criança de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos será de até R\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta reais), nos termos previstos no Decreto nº 944/2015.

2.3 É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.

2.4 Cada mantenedora só poderá ser credenciada com no máximo 6 (seis) Centros de Educação Infantil (CEIs), sendo que para cada CEI será celebrado um contrato.

2.5 Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo 1 – Ofício de  
Manifestação de Interesse Anexo 2  
– Cronograma

Anexo 3 – Quadro de distribuição  
de vagas por NRE Anexo 4 – Modelo de  
Recurso

Anexo 5 – Relação de documentos

Anexo 6 – Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do art. 7º  
da CRFB/88 Anexo 7 – Minuta de contrato

### **3. DA EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

3.1 A Secretaria Municipal da Educação realizará credenciamento para ação conjunta com as instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, devidamente habilitadas, com vistas ao atendimento educacional de crianças de 4 meses a cinco (05) anos;

3.2 O contrato a ser firmado estabelecerá obrigações recíprocas para a execução do atendimento, em consonância com a legislação vigente;

3.3 O valor a ser pago pelo Município será calculado com base no número de

crianças atendidas por instituição, segundo faixa etária, com os valores e critérios estabelecidos no contrato;

3.4 O valor a ser pago pelo atendimento prestado será mensal;

3.5 Além do valor a ser pago, caberá à Administração Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação, fiscalizar, acompanhar, assessorar, supervisionar e orientar as ações das entidades credenciadas, envolvendo a permanente supervisão técnica e pedagógica;

3.6 Ao se habilitar ao presente Credenciamento, cada instituição interessada aderirá às condições estabelecidas pelo Município de Curitiba, por meio da sua Secretaria Municipal da Educação, quanto ao previsto nos contratos, demonstrando aceitá-las integralmente.

3.7 A inscrição da instituição implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, e demais normas aplicáveis, atos dos quais não poderá alegar o seu desconhecimento.

#### **4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DA DOCUMENTAÇÃO:**

4.1 As instituições interessadas em participar do presente Credenciamento – Chamamento Público deverão apresentar em envelope lacrado devidamente identificado com a inscrição externa conforme item 4.2, no qual deverá ser anexada toda a documentação exigida, nos termos do item 4.3, a ser protocolado no período de **28/10/2015 a 11/11/2015**, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h, na Secretaria Municipal da Educação- Edifício Delta, situada à Av. João Gualberto, 623, no Protocolo-Torre A- Térreo.

4.2 O envelope deverá conter externamente a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**CREDENCIAMENTO**

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:

Mantenedora: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Telefone da mantenedora: \_\_\_\_\_

Centro de Educação Infantil \_\_\_\_\_

Telefone do CEI: \_\_\_\_\_

Endereço do CEI: \_\_\_\_\_

#### 4.3 O envelope deverá conter internamente a seguinte documentação:

- a) Ofício assinado pelo presidente da entidade ou pessoa devidamente autorizada dirigido a Senhora Secretária Municipal da Educação de Curitiba manifestando interesse no credenciamento e a distribuição de vagas conforme a faixa etária e de acordo com a legislação vigente; (ANEXO 1)
- b) Cópia legível (autenticada) do Estatuto da Mantenedora ou Contrato Social da Instituição e comprovação de seu registro, na forma da lei;
- c) Cópia do CNPJ atualizado/vigente;
- d) Cópia legível (autenticada) da ata de eleição e posse da atual diretoria, se for o caso, registrada na forma da lei;
- e) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do presidente ou do representante legal da mantenedora;
- f) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do tesoureiro;
- g) Cópia do documento que autoriza o presidente ou o representante legal a assinar pela entidade (Ata de eleição, nomeação e/ou outros);
- h) Cópia do Alvará de Funcionamento (atualizado e vigente);
- i) Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal (atualizada);
- j) Cópia da Autorização de Funcionamento e da última renovação de autorização de funcionamento expedido pela Coordenadora de Estrutura e Funcionamento – SME e/ou declaração da mesma coordenadoria ou órgão competente, atestando que o processo encontra-se em tramitação.
- k) Certidão Negativa de Débito MUNICIPAL vigente;
- l) Certidão Negativa de Débito ESTADUAL vigente;
- m) Certidão Negativa de Débito FEDERAL vigente, abrangendo, inclusive as contribuições previdenciárias;
- n) Certificado de Regularidade do FGTS vigente;
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos Termos da Lei 12.440/2011 vigente;
- p) Declaração de inexistência no seu quadro funcional de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei Federal nº 9.854/99).

4.4 Toda documentação exigida deverá ser entregue na ordem da relação estabelecida no **item 4.3.** devendo todas as folhas serem numeradas seqüencialmente e rubricadas pelo representante legal da mantenedora.

4.5 A administração se reserva ao direito de exigir, em qualquer tempo, a apresentação do documento original para comprovação de sua cópia.

4.6 A ausência de quaisquer dos documentos exigidos ou a presença de irregularidades nos mesmos, inviabilizará o credenciamento e conseqüente contratação da instituição.

4.7 As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste edital serão desconsideradas.

4.8 Em caso de ausência de documentação exigida será aceita complementação durante o prazo de entrega previsto neste edital.

**4.9 Não será aceito nenhum documento solicitado no item 4.3.via fax e/ou e-mail.**

## **5. DA COMISSÃO:**

5.1 A Secretaria Municipal da Educação designou por meio da Portaria nº 39 de 8/10/2014 Comissão Técnica, integrada por 5 (cinco) servidores, para análise da documentação e para a habilitação das instituições.

5.2 Após o término do prazo para a entrega da documentação pelos interessados em participar do credenciamento, a comissão técnica da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba o prazo de 05 dias para analisar a documentação, **12/11 a 18/11/2015**.

5.3 A comissão técnica irá receber, analisar, comentar, esclarecer, discutir, aprovar ou reprovar a habilitação para o credenciamento, receber recursos e emitir pareceres.

5.4 Todas as decisões da Comissão serão fundamentadas.

5.5 Da decisão da Comissão dar-se-á ciência aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

## **6. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:**

6.1 A documentação apresentada será analisada pela Comissão Técnica.

6.2 Na análise da documentação, a Comissão Técnica verificará a validade da mesma, de acordo com a data de registro no Protocolo na Secretaria Municipal da Educação. 6.3 Durante o processo do credenciamento, a Instituição interessada ficará ciente que deverá atualizar todos os documentos que vencerem ao longo deste processo.

6.4 Serão declarados inabilitados os interessados, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- a) Que, por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- b) Que deixarem de apresentar qualquer documentação exigida neste edital.

## **7. DO RESULTADO E DO RECURSO:**

7.1 Após a análise da documentação pela Comissão Técnica, a SME publicará o resultado no Diário Oficial do Município de Curitiba, conforme cronograma previsto neste Edital. O prazo dos recursos obedecerá ao disposto no cronograma; (ANEXO 2)

7.2 A classificação da instituição como habilitada através do presente Credenciamento, terá validade durante a vigência do mesmo.

7.3 O fato da instituição ser considerada habilitada não importará para a Administração Municipal, em obrigatoriedade de contratação, visto que o município se pautará no limite financeiro previsto na dotação orçamentária para oferta de vagas na Educação Infantil. Para isso, preverá critérios de desempate entre as habilitadas.

7.4 Será considerado empate quando duas ou mais instituições habilitadas demonstrarem interesse de atuação na mesma região (Conforme demonstrado no Anexo 3).Nesses casos o desempate será feito pelos seguintes critérios, sucessivamente:

7.4.1 Demanda apresentada pelo quadro neste Edital, por Núcleo Regional da Educação; (ANEXO 3).

7.4.2 A instituição com maior tempo de atuação regular na Educação Infantil, conforme informado na Resolução de autorização de funcionamento expedido por órgão público competente;

7.4.3 A instituição cuja concepção da educação esteja em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

7.5 A Instituição que for declarada NÃO HABILITADA poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, no período de 23 a 25/11/2015 conforme modelo; (ANEXO 4).

7.5.1 O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Técnica do Credenciamento, por meio do protocolo geral da Secretaria Municipal da

Educação, no horário de 8h às 11h30minh e das 14h às 17:30h, endereçado à Secretaria Municipal da Educação de Curitiba- Edifício Delta, situado à Avenida João Gualberto, nº 623,Térreo, Torre A, nos moldes do Modelo em anexo à este Edital. A Comissão Técnica terá 02 (dois) dias, 26 e 27/11/15 para análise e posterior manifestação conforme previsto no cronograma.

7.5.2 O resultado dos recursos será divulgado no dia 30/11/2015 no site oficial da PMC: [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)

7.6 Será descredenciada a instituição que descumprir qualquer dos itens previstos neste Edital ou qualquer disposição legal vigente, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.7 Será também descredenciada a instituição que se recusar a atender as convocações do Município ou que não cumpra o disposto no contrato, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **8. DOS CONTRATOS:**

8.1 A celebração dos Contratos, objetivando o atendimento à Educação Infantil ficará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Curitiba;

8.2 Os contratos serão firmados para atendimento de até 10.729(dez mil, setecentos e vinte e nove reais) crianças, em turno integral;

8.2.1 O quantitativo previsto no item anterior poderá sofrer acréscimo ou supressão.

8.3 Os contratos formalizados para o exercício 2016 terão a disponibilidade orçamentária incluída na Lei Orçamentária Anual- LOA/2016;

8.4 As despesas decorrentes deste Credenciamento ocorrerão pelas dotações orçamentárias específicas a serem previstas na LOA 2016.

8.5 Os contratos somente serão firmados com instituições declaradas habilitadas através do presente Credenciamento;

8.6 As Instituições declaradas habilitadas através do presente Credenciamento deverão manter todas as condições de habilitação vigentes até o momento em que forem convocadas para firmarem contrato, bem como durante todo o período de execução dos contratos eventualmente firmados, através do portal eletrônico, [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

8.7 Os contratos serão firmados por um período de 48 (quarenta e oito) meses,

podendo ser prorrogados nos termos da legislação vigente.

8.8 Constituem motivos para rescisão dos contratos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação municipal pertinente.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

9.1 O Município poderá revogar o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade;

9.2 A revogação ou anulação do presente Credenciamento não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses descritas na Lei Federal nº 8.666/93;

9.3 Será facultado à Comissão Técnica promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do atendimento aos critérios de habilitação de cada instituição, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões da Comissão;

9.4 Estarão impedidas de participar deste Credenciamento as Instituições cujos representantes se enquadrarem no art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 ou que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal;

9.5 O credenciamento terá vigência desde sua publicação até 31 de dezembro de 2020.

9.6 A qualquer tempo os usuários poderão denunciar quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços e/ou faturamento.

9.7 A prestação de serviço deverá se dar conforme Diretrizes Curriculares Municipais, disponibilizado para download no

link:

<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivos/3009/dow>

9.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Técnica na forma da lei.

## **10. BASE LEGAL:**

O presente Edital de Credenciamento, tem por princípios básicos a estrita observância da moralidade e da transparência, sendo regido pelos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal, em especial pelos artigos 205 a 214;
- Emenda Constitucional nº 53 /06, que dá nova redação aos artigos 7, 23, 30, 206,

208 211 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do Ato das  
Disposições Constitucionais Transitórias;

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e suas alterações;
- Lei Federal nº 8.069/90- ECA;
- Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- Lei Federal nº 10.172/01, que institui o Plano Nacional da Educação e define Diretrizes e Metas Para a Educação Nacional;
- Lei Federal nº 11.274/06, que altera a redação dos artigos 29, 30, 32, e 87 da Lei nº 9.394/96, dispondo sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir de 6 anos de idade;
- Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (FUNDEB);
- Resolução CNE n.º 05/09, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Decreto Municipal 1644/09, alterado pelo decreto nº 1100/2014;
- Deliberação do CME- 02/12;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Diretrizes Municipais da Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

Curitiba, XX de  
setembro de 2015.

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES  
ROBALLO

Secretária Municipal da Educação



### ANEXO 3 – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR NRE EM CURITIBA

Quadro de distribuição por Núcleo Regional da Educação para o atendimento de até 10.729 crianças no Município de Curitiba			
NRE	Crianças 4 meses a 3 anos ( Até )	Crianças 4 a 5 (Até )	TOTAL DE Crianças – até
<b>BN</b>	523	234	757
<b>BQ</b>	1119	436	1555
<b>BV</b>	1137	474	1611
<b>CIC</b>	900	376	1276
<b>CJ</b>	1060	516	1576
<b>MZ</b>	958	499	1457
<b>PN</b>	578	269	847
<b>PR</b>	1051	439	1490
<b>SF</b>	105	55	160
<b>TOTAL</b>	<b>7.431</b>	<b>3.298</b>	<b>10.729</b>